

SUMÁRIO

- 449 — ● A Nossos Assinantes
- 450 — ● Espírito Cristão e Missionário
- 454 — ● Religiosas de Hoje — PADRE GERARDO ESCUDERO, C.M.F.
- 461 — ● Oração Pública da Igreja — PADRE BERTRAND DE MARGERIE, S.J.
- 467 — ● Atualidade do Padre Rodolfo Komórek — PADRE EDWALDO G. AMARAL, S.D.B.
- 471 — ● A Propósito de Vocação — PADRE ANTÔNIO GERMANO, S.J.
- 488 — ● A Diretora no Pensionato — CÔNEGO MATAGRIN
- 501 — ● Código de Ética da Associação Brasileira de Enfermagem
- 504 — ● Note e Anote : Vida Religiosa e Castidade — Ordem Hospitaleira de São João de Deus
- 509 — ● CRB Informa...
- 511 — ● Recensões Bibliográficas

Espírito Cristão e Missionário

N. da R. — Sob o título *ESPRIT CHRÉTIEN, ESPRIT MISSIONNAIRE*, recebemos da Conferência dos Religiosos do Canadá a 26.^a meditação, em *Documents UMC/XXI* de março do corrente ano, cuja tradução apresentamos por julgarmos o texto em pauta digno de particular consideração por parte de todos quantos prezam sobretudo o espírito missionário da Igreja.

Não há espírito cristão sem o espírito missionário

O ESPÍRITO CRISTÃO é o espírito de Cristo em nós. É pensar como Cristo, desejar, amar, querer como Cristo. Chamar-se de cristão é dizer-se de Cristo. Não pensar como Ele, não desejar, não amar, não querer como Ele, quando fazemos parte d'Ele, seria uma contradição.

A simbiose que é o fruto da graça divina em nós deve chegar a uma identidade de vistas, concepções, aspirações, pelo menos tanto quanto nossa fraqueza humana o permita. Eis por que um cristão deve se esforçar por conhecer as idéias de Jesus sobre todas as coisas e sobre seu dever, deve tender a comungar com seus desejos e a realizar a sua expectativa.

Essas idéias, o cristão as acha na Bíblia, sobretudo no Evangelho, no ensino da Igreja, nos testemunhos dos santos. Ora, quais são tais idéias primordiais, tais idéias-chaves? Podemos, parece-nos, resumi-las assim:

— 1.º, seu Pai é nosso Pai. N'Ele, por Ele, com Ele, somos chamados a tornar-nos filhos do Pai, membros da família divina.

Acontece o mesmo com nossos irmãos humanos, quaisquer que sejam seus países, raça ou civilização. Cristo é o grande missionário do Pai que O enviou à terra para recapitular n'Ele todos os homens, os quais por Ele são recebidos na medida da livre adesão. Para ajudar-lhes a opção e sustentar-lhes fraternalmente o ardor, quis ter necessidade de todos aqueles que já lhe haviam dito "sim", isto é, consagrá-los pelo batismo e pela confirmação.

— 2.º, como seu Pai no-IO enviou, também nos envia para os outros. Não escolhemos nem a data, nem o lugar, nem o ambiente de nosso nascimento. Êle os escolheu para nós e nos pôs onde estamos para que vamos a todos nossos irmãos humanos e lhes levemos a boa notícia do Amor infinitamente terno do Pai para com cada um dêles.

— 3.º, trata-se de fazê-los cientes que Êle os conhece pessoalmente, que Êle entende tratá-los como pessoas livres e que lhes respeita a dignidade e não quer a felicidade e a expansão dêles senão com a respectiva colaboração.

— 4.º, nossa missão prolonga a sua. Êle veio não para os sãos, satisfeitos consigo mesmos, mas para os doentes, pecadores e miseráveis. Veio

para que tenham a vida divina com abundância, para acender nos seus corações a chama do amor;

para fornecer diante de seus espíritos o testemunho da verdade;

para curar pelo sacrifício da cruz tudo que possa levar à animalização do homem ao invés de espiritualizá-lo;

para trabalhar no estabelecimento desta comunidade de socorros mútuos que é a Igreja onde, com a graça dos sacramentos e sob a condução dos Apóstolos e de seus sucessores, os homens são levados a mais se amarem e a se ajudarem melhor.

— 5.º, nossa passagem sôbre a terra não tem razão de ser se não nos esforçarmos por continuar a missão do Salvador, cada um de nós em particular segundo a idade e a medida de nossos meios.

Ao virmos ao mundo, recebemos todos um mandato a cumprir, em correlação com o d'Êle, e nossa vida não terá êxito senão na medida em que o cumprirmos. Tôdas as atividades como todos os sofrimentos podem servir na proporção do amor com o qual nós os realizamos e suportamos com Cristo, em nome das almas próximas ou afastadas que Êle nos confiou misteriosamente.

Em outros têrmos, não seremos cristãos senão no grau em que vivemos em estado de missão; não estaremos em carreira de missão se não adquirirmos uma mentalidade missionária.

Um dos mais seguros meios de fazer crescer o espírito cristão é o de desenvolver em si e nos outros o espírito missionário

O espírito cristão é essencialmente um espírito de caridade oblativa. Ora,

— 1.º, ter o espírito missionário

é pensar nos outros, em todos, antes de pensar em si mesmo, com uma acentuação mais notável para com os pobres, material e moralmente, para com os mais afastados, os mais abandonados, os mais isolados;

é renunciar a todo egoísmo para viver em favor dos outros antes de viver para si;

é considerar-se, como batizado e confirmado, solidário a todos os homens no mundo;

é desenvolver em si o sentido da caridade e da fraternidade universais;

é procurar melhor conhecer para compreender melhor, melhor compreender para melhor estimar, estimar mais para mais amar, e mais amar para ajudar melhor;

é estar atento aos outros, a seus sofrimentos, aspirações e necessidades;

é compartilhar as riquezas espirituais, intelectuais e materiais, mas é também aceitar quando se recebe como quando se dá;

é respeitar-lhes a origem da raça, da nação, da alma, do destino;

é descobrir o que há de bom em cada um, sem desaprovar *a priori* o que nos parece menos bom;

é ter uma mentalidade de acolhimento para com todos e querer o bem sem exceção e medida.

— 2.º, o espírito missionário

não é espírito de conquista, mas de amor.

não é espírito de domínio, mas de serviço: *Non dominum sed ministrum* — “Não vim para ser servido mas para servir”;

não é espírito de cruzada, mas de testemunho;

não é de superioridade, porém de permuta (somos todos diferentes, todavia complementares; temos necessidade uns dos outros);

não é espírito de dominação, sim de ajuda; de lealdade e simplicidade, ao invés de ânimo com habilidade e tática.

Por outra, é o alento da caridade autêntica na verdadeira humildade, segundo a bela fórmula de São Vicente de Paulo a uma de suas Filhas de Caridade, partindo pela primeira vez em visita aos pobres: *Ah, minha Filha, jamais esqueça: é o amor dado a êles que os fará lhe perdoar o pão que lhes leva*. E isso vale para o pão da alma como para o do corpo.

— 3.º, assim compreendemos que o espírito missionário faz parte integrante do espírito cristão. Cristo é o primeiro missionário, e o cristão não no é senão na medida em que participa de sua missão.

Como diz o intróito do segundo domingo do Advento: *Ecce Dominus veniet ad salvandas gentes* — “O Senhor vem para salvar as nações”. Não estamos na terra só para salvar nossa alma, mas para contribuir na salvação de todos os povos, da miséria física ou moral, da escravatura do pecado ou do ódio. *Ad salvandas gentes!* Quando fixamos a finalidade da vida, tudo muda, tudo se amplia, tudo se purifica. Respiramos nas dimensões do universo com o peito de Cristo.

— 4.º, todos os nossos jovens, preparados para êsse objetivo pelo desenvolvimento acelerado dos “meios de comunicação social” tornam-

-se mais facilmente presentes a todos os homens; porém, se estivessem orientados nesse ponto, haveria mais entusiasmo na fé, mais pureza nas obras, mais amor oblatoivo no coração.

Como é grande e belo o chamado de evangelizar o mundo inteiro, o saber-se corresponsável dos progressos espirituais da humanidade! Quantas vocações missionárias de jovens podem surgir nessas perspectivas! Em todo caso, mesmo que não sejamos destinados a partir para as missões, devemos considerar aquêles que nelas vão como nossos legados nos postos avançados da Igreja em marcha, e devemos sustentá-los com nosso interesse, orações, sacrifícios e recursos.

— 5.º, o espírito missionário e o espírito católico são uma só e mesma coisa — prezava em dizer Pio XII.

Se quisermos que nossos fiéis sejam plenamente cristãos, necessário é fazê-los adquirir consciência de que são "parte atrativa" da Igreja missionária: êles são a Igreja cuja extensão depende dêles.

O espírito missionário, assim concebido como elemento essencial do espírito cristão, facilitará em todos não só o verdadeiro significado da Igreja, como também o verdadeiro sentido de Deus e de um modo geral o gôsto pelas coisas divinas.

São conhecidos sem dúvida êstes três versos de Francis Thompson no célebre "The hound of heaven". Aqui ficam como ramallete espiritual:

*I looked for my soul, but my soul I could not see.
I looked for my God, but my God eluded me.
I looked for my brother, and I found all three.*

"Procurei minha alma, porém não a encontrei.
Procurei meu Deus, mas Êle se escondeu.
Procurei meu irmão, e todos os três achei.

Não será uma ilustração dessa verdade? É sempre na entrega de si mesmo ao serviço de nossos irmãos que encontramos verdadeiramente o Senhor!



O trabalho valoriza a vida do homem e constrói a obra da civilização. Para dignificar o trabalho, Cristo quis nascer em uma família de trabalhadores e viver do trabalho de suas mãos.

Os apóstolos eram simples trabalhadores escolhidos por Cristo para anunciarem, ao mundo, a Boa Nova.

"O trabalho é, para o homem, de seus mais incontestáveis títulos de nobreza" (Card. Montini).

Religiosas de Hoje

Como as religiosas de Espanha vêem a vida de perfeição
no estado religioso

PE. GERARDO ESCUDERO, C.M.F.

N. da R. — Traduzimos do espanhol da Revista VIDA RELIGIOSA, de janeiro-fevereiro do corrente ano, páginas 24 a 30, o trabalho que a seguir publicamos. Trata-se, a nosso ver, de interessante depoimento sobre a decantada atualização dos institutos religiosos em nossos dias, nem sempre entendida em seu verdadeiro espírito. É um exemplo esclarecido do que se pensa e se visa a este respeito na Espanha. Evidencia-se aí também a preocupação em aprofundar a vida religiosa, atualizar suas diversas formas, sem lhe descuidar os pontos essenciais. As idéias explanadas são ditadas pela responsabilidade do ilustre autor.

A desorientação

C REMOS ser o maior perigo que há em nossos dias para a vida religiosa feminina. A desorientação, a confusão de idéias é muito grande. Reporta-se aos mesmos valores essenciais da vida religiosa no aspecto doutrinal e prático. Há grandes perplexidades sobre a pobreza, particularmente na coletiva; não é possível distinguir o que devemos considerar como verdadeira necessidade ou como exigência de um espírito burguês; o que é requerido para o apostolado, para a adaptação aos tempos modernos e o que é condescendência com o luxo. Para uns, tudo é admitido em edifícios e estabelecimentos; para outros, é um escândalo qualquer colégio bem organizado. Há enleamentos piores na obediência, sem que haja critérios seguros e concretos sobre o que se deve sacrificar nas aras da obediência, como a de Cristo. Na própria castidade, no que se refere a saídas de clausura, trato com pessoas seculares, assistência a espetáculos, conceito de pudor, será isso por exemplo, consentâneo com o pundonor e modéstia de virgens consagradas o fato de as religiosas de

certa comunidade tomarem banho de mar, saindo do convento em trajes de banho e o capelão trazê-las de volta de motocicleta, uma a uma? As religiosas de Espanha condenam unânimes semelhantes práticas.

As superiores religiosas lamentam como o maior mal êsse entrevêdo e desorientação e pedem com gritos que a igreja remedeie essa necessidade o quanto possível. Estão inteiramente dispostas a seguir o caminho que a Igreja traçar, porém desejam sabê-lo com certeza de seus lábios.

Acontece que são numerosos, alguns até com atrevimento igual à ignorância que têm da vida religiosa, os que se sentem obrigados a dizer por escrito ou por palavra, no púlpito ou no confessionário, como devem ser as religiosas de hoje, como viver a vida religiosa e como exercer o apostolado. Como êles não se atêm fielmente a dados objetivos mas se guiam por um parecer e juízo particulares, dizendo cada um uma coisa, as religiosas — mulheres — não sabem em que se estribar. O mais grave, porém, é que todos vão dizendo que sua orientação é a mente da Igreja, o sentir da Santa Sé.

Dessa desorientação e incertezas seguem-se: 1) desunião nas comunidades por opiniões e juízos diametralmente opostos acêrca de coisas essenciais; 2) inadmissíveis extremos na interpretação da vida religiosa, desde um espírito de rigor e incompreensão absurda, até uma franquia em que não distinguimos a vida de uma religiosa da de uma jovem volúvel do mundo; 3) à sombra de tal baralhada, os espíritos menos generosos se organizam numa vida cômoda, introduzem práticas sem outro fito que o de facilitar uma existência que deveria ser de sacrifícios e que se abordea em nível evangélico íntegro; 4) os espíritos mais generosos se sentem frustrados no ideal que os impulsiona para a vida religiosa.

Expedientes

São propostos os seguintes: 1) Formar as religiosas na idéia que a vida religiosa pode só ser interpretada pela Santa Sé e que não dêem fé a nenhum particular nem recebam o que vai de encontro às constituições (desde logo), ou contra as práticas do instituto, sem demonstração documental concreta.

2) Deve ser controlado, o quanto possível, qualquer movimento ou atividade que queira promover uma renovação e adaptação da vida religiosa, com reuniões de religiosas de diferentes institutos. De um lado, impende que se faça o possível para ajudar as religiosas nesses momentos; de outro, é perigosíssima tal atividade sem um contrôle. Há quem chegue a insinuar que, procurando dar solidez às reuniões dos superiores maiores em cada nação, se lhes dê, pela Sagrada Congregação, a faculdade de vigiar e supervisionar atividades que podem ser desorientadoras.

3) Para muitas é pedido um documento da Santa Sé que marque orientações as mais concretas possíveis sôbre os valores essenciais da vida religiosa: vida de oração, votos e regras.

Certamente, uma comissão de religiosos amantes e conhecedores da vida religiosa, no seio da CINFER, (Confederación Española de Religiosos) seria ótimo expediente de orientação. Vigiará idéias, tendências, livros em que se contenham motivos de desorientação ou perigos para o verdadeiro espírito religioso e avisaria oportunamente as superiores de tais riscos. A ela poderiam acudir em casos duvidosos concretos para receberem conselho. A mesma junta de superiores maiores, formada por religiosas de indiscutível critério e conhecimento da vida de perfeição evangélica, será um como vigia que descubra e advirta o que poderia atentar contra a nossa autêntica vida religiosa.

É de temer o que sucederá após o Concílio, se não existir o contrôlo que desejamos, pois não faltariam textos em que espíritos inquietos possam apoiar suas teorias e, na asseveração de que "o Concílio o quer", lançar as religiosas por caminhos muito estropiados do verdadeiro espírito religioso.

A formação

Esse desnorreamento demonstra *necessidade* premente, uma vez que apresenta um dos óbices da formação das religiosas. Indubitavelmente é uma das principais tarefas que devem preocupar as religiosas de hoje. Na imensa maioria das ordens da Espanha, está viva a consciência da necessidade de uma formação sólida, profunda e ampla, uma formação religiosa teórica e prática, e técnica na medida que a exige o próprio ministério. Que não fique na teoria, mas que decididamente vá se enfiando no manejo.

Apresentam-se graves dificuldades práticas para a completa organização da formação como conviria se fazer:

1. A principal é a falta de *quorum*, segundo as comunicações recebidas. A causa é que todo o pessoal é pouco para levar as obras do instituto, o qual é obrigado a lançar mão das formandas, e faz-se mister desviá-las do trabalho para completar a formação.

A pecha dêsse grave dano (que o trabalho das obras produza) está em que: a) as superiores que, às vèzes, por zelo não bem medido ou por interesses econômicos, ou por outros fins, empreendem obras para além das possibilidades do pessoal com que contam. Falo das superiores maiores e também das locais. b) As jerarquias que, confrontando as necessidades do momento, exigem ou empurram para as religiosas empresas superiores à disponibilidade de pessoal.

2. Falta de pessoal preparado para dar a formação de conformidade com as exigências dos tempos.

3. A economia que, em muitos institutos, não permite os gastos oriundos de um número considerável de formandas que gastam e não

ganham, nem o necessário para edifícios, instrumentos e professorado precisos ou convenientes para uma formação eficaz.

Faremos algumas observações acerca de alguns pontos concretos referentes aos distintos graus de formação e mormente o das superiores e das formandas:

a) *Vocação*. — Começemos por este necessário pressuposto, como respondemos a uma das perguntas que nos fez a Sagrada Congregação. Cremos que uma das causas da escassez de vocações, talvez a principal e a que poderia ter remédio mais fácil, é a atitude do clero, especialmente secular, face à vocação religiosa. Não acreditamos ser demais afirmar: 1) se não houvesse um desaconselho sistemático contra a vocação religiosa, haveria aumento de um têrço; 2) se as vocações fôsem cultivadas positivamente de um modo normal, duplicar-se-iam; 3) se houvesse para com elas o aprêço e entusiasmo que merecem, triplicariam.

b) *Aspirantado*. — Há alguns anos essa prática vai se estendendo como faculdade para aumentar as vocações. É um meio perigoso por causa do risco de pessoas entrarem sem vocação, com vocação duvidosa, sem verdadeiro entusiasmo.

Encontramos três inconvenientes principais:

1.º — Fácilmente se apresenta uma espécie de luta pelas vocações jovens e, receando perdê-las, são recebidas antes da idade conveniente e sem certas condições que são de garantia necessária. Nas reuniões tomam-se compromissos e acôrdos a respeito, porém sucede que ordens, que se estabelecem na Espanha com essa única finalidade, operam por conta própria, sem contato com as demais e sem receberem tais ajustes.

2.º — Falta de orientação concreta sobre a organização desses centros e a formação que se lhes há de dar.

3.º — Falta de pessoal especializado nos institutos para uma tarefa tão delicada.

c) *Postulantado*. — Seria útil para a perfeição deste breve período de formação: 1) pôr como norma geral a duração de um ano, com a faculdade de reduzi-lo a meio e prorrogá-lo por outro meio ano, segundo a necessidade das postulantes; 2) ter como norma geral que êle se faça na mesma casa de noviciado, sob a direção principal da mestra de noviças.

d) *Noviciado*. — Há um convencimento geral sobre a necessidade de dois anos de noviciado, e as que o não tinham vão-nos estabelecendo. O problema que apresenta o noviciado, a maior necessidade do período de formação mais canônica, consiste na capacidade da mestra para que possa desempenhar com acêrto seu duplo encargo, a prova, escolha ou formação das noviças.

e) *Juniorato* ou seqüência da formação durante os votos temporários. — 1) É encarecida por todos a necessidade de seu estabelecimento. O tempo mínimo — comum a tôdas as ordens — deveria ser de três ou

de dois anos completos, mais dois períodos de três meses em tempo de férias.

As congregações (na Espanha) estão fazendo esforços generosos para vencer o empecilho que constitui a falta de pessoas, o que obriga a dispor dos membros para ônus sempre maior de um instituto.

2) Concebemos êsse período como um tempo em que as jovens, afastadas do exercício do ministério que as pode distrair, se dedicam a continuar sua formação religiosa, teórica e prática, e na aquisição ou aperfeiçoamento de capacidade técnica para as obras próprias do instituto.

3) A eficácia de tal labor formativo encontra, em alguns institutos, a dificuldade da falta de meios: ou não têm pessoal formado ou não podem prescindir dêle no govêrno ou obras do apostolado. Para suprir a deficiência, já se tem pensado em junioratos comuns para as ordens que o não podem ter próprio e convenientemente organizado.

Pois bem, quanto à formação técnica, a dificuldade diminui ou desaparece colocando o juniorato em lugares onde há fácil acesso a institutos para a adquirir. Nesse aspecto, a formação conjunta de alunas de diversos institutos é perfeitamente aconselhável e exequível. Entre nós há experiências favoráveis. A Seção de Religiosos da Confederação tem uma escola de Pastoral que vem funcionando proveitosamente desde vários anos.

Mantemos institutos para capacitar religiosos e religiosas para o ensino; escolas de enfermeiras, de assistentes sociais e de reeducadoras, onde verão religiosas de diversas congregações.

Quanto à formação religiosa no aspecto teórico tampouco há dificuldades. As escolas de teologia que funcionam entre nós, completadas com algum ciclo de conferências sobre a vida de perfeição, seriam um bom meio.

Junioratos comuns em que as religiosas jovens convivam e recebam a formação total prática e teórica julgamo-los improcedentes.

f) *Terceira provação.* — A prática atual mais usada a faz consistir num tempo mais ou menos largo. (desde um ano a dois meses) que precede à profissão, da qual seria uma preparação imediata.

Em algumas religiosas é feita essa prova ou aperfeiçoamento depois da profissão perpétua: 4, 5, 10 anos após. Parece óbvia a precisão de dedicar um tempo mais ou menos maior — entre seis meses e um ano — depois dos votos definitivos, tempo em que freqüentemente se apresenta às religiosas a crise de vocação ou de espírito.

Nosso parecer a respeito dessa provação se reduz aos seguintes pontos: 1) supostos os três ou mais anos de juniorato, não parece oportuno pôr a terceira ou última provação antes dos votos perpétuos, senão depois dêles.

2) Deve ser obrigatório para tôdas.

3) Mister é dedicar-se por completo à renovação espiritual, apartadas do exercício dos ministérios.

4) Seria o melhor não determinar o tempo em que se deve realizar igual para tôdas, visto que devemos ter em conta a idade e outras circunstâncias pessoais. Poderíamos estabelecer que, depois de passados os seis e antes de chegar aos dez anos seguintes, viesse a profissão perpétua. As superiores iriam chamando as religiosas segundo suas necessidades e tendo em conta as carências das casas no trabalho apostólico e desempenho de cargos.

g) *Formação das formadoras.* — É clara a necessidade. As religiosas de Espanha desde o começo da Confederação (1955) empenharam-se imediatamente nesse problema, e temos organizado cada ano dois cursos de dez dias de intenso trabalho em que professores especializados têm explicado as matérias que podem interessar para o desempenho dos cargos. Suposta uma formação das religiosas em geral, como desejamos, isto seria suficiente.

Deveríamos persuadir as superiores que não esperam para procurar tal formação das mestras quando já começaram o cargo, senão que preparem, mediante êsses cursos, as que hão de ser nomeadas para êle.

h) *Formação das superiores.* — Sem ela, os demais esforços encontrarão o maior inconveniente.

1) Para as superiores locais, pode ser feita na mesma congregação. Êsse é um bom meio que já se pratica em quase todos os institutos e que seria útil, se nêles ou por intermédio dêles, se lhes dessem instruções adequadas sôbre o que devem saber para governar de conformidade com as normas da Igreja.

As reuniões de superiores maiores podem fazer muito a êsse respeito, mediante reuniões dirigidas por religiosos bem preparados. Entre nós havemos feito experiências com Semanas de Oração e Estudo para Superiores.

Seria necessário haver cursos formais em que se pudesse explicar com suficiente amplitude tôda a legislação canônica referente aos religiosos, com o intento de orientar as superiores nos trâmites de governar segundo os desejos da Igreja. Temos feito um ensaio dêsse meio num curso de 20 dias com quatro lições diárias sôbre os cânones do Livro II, parte 2.^a do Código.

2) Sòmente às superiores maiores é que poderia ser dada cômodamente a formação de que necessitam por meio de reuniões de superiores de institutos distintos.

A Seção de Religiosas da Confederação Espanhola vem organizando com êxito duas turmas anuais de exercícios para superiores maiores. Vale também para elas o curso de superiores a que aludi anteriormente.

Um meio importante para formar as superiores, orientar a renovação da vida religiosa, organizar bem o governo e a formação são os capítulos gerais preparados e dirigidos, no tocante aos assuntos, por um religioso técnico, conhecedor da vida religiosa.

Creio pessoalmente que deveria ser obrigatório, salvo o direito dos Ordinários na eleição da superiora geral, presidisse às sessões de assuntos, orientando os trabalhos, um religioso técnico, escolhido pelo Governo Geral e aprovado pela Sagrada Congregação dos Religiosos.

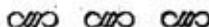
A docilidade e fidelidade ao chamado de Deus são indispensáveis a todos que querem cooperar mais estreitamente com Jesus Cristo na salvação das almas e assegurar-lhes maior coroa de glória na eternidade.

(PAULO VI)



Tódas as características de uma família bem constituída: a independência social, a independência de serviços, a estrutura jurídica indissolúvel, tudo isso será vão se não se basear na pureza moral. Mais do que qualquer outro grupo social a família é um grupo de consciência, de valor moral, de caráter espiritual. Sendo embora o grupo biológico, por ser aquêle que transmite a vida e baseado na união física do homem e da mulher em sua origem, a família se fôr apenas isso não será coisa alguma. Não se diferenciará de um grupo animal efêmero, baseado no instinto, por natureza cego e superficial.

(ALCEU AMOROSO LIMA, em A Família no Mundo Moderno)



... Quero denunciar o modo maquinal como vivemos a maior parte de nossa vida: sem refletir, sem prestar atenção. Ora, é isto o que nos arrasa, que nos torna inconsistentes, o que mata a nossa personalidade mais seguramente do que certas faltas caracterizadas... Far-se-ão os gestos do amor, mas sem verdadeiro amor: e isto é mortífero para o amor. Entregar-nos-emos a tarefas educativas mas sem nenhuma exigência do dom de nós mesmos. Faremos obras de caridade e de apostolado. Executaremos gestos religiosos, mas como um mau técnico ou um mau funcionário.

(P.A. LIEGE, em A Juventude, o Evangelho e a Igreja)

Oração Pública da Igreja

A recitação do Ofício nos institutos não-clericaes torna-se oração pública da Igreja

PE. BERTRAND DE MARGERIE, S.J.

A 29 DE JANEIRO PASSADO, o diário "L'Osservatore Romano" publicou o texto do Motu Proprio *Sacram Liturgiam*, pelo qual o Papa Paulo VI precisava os pontos da Constituição conciliar sôbre a Liturgia que vigorariam a partir do dia 16 de fevereiro, entre outros o artigo 98.

Damos a seguir o texto do mesmo artigo inserido na Constituição *Sacrosanctum Concilium* que de tão perto interessa à vida de todos os institutos não-clericaes e do qual não difere o referido Motu Proprio :

Os membros de qualquer instituto de estado de perfeição, que, por força das Constituições, persolvem algumas partes do Ofício divino, fazem oração pública da Igreja.

Da mesma forma fazem oração pública da Igreja, se por força das Constituições recitam algum Ofício Parvo, contanto que seja estruturado a modo de Ofício divino e seja legítimamente aprovado (1).

Qual é o sentido desta importante decisão da Igreja ?

Vejamos sucessivamente : 1) o alcance da distinção entre oração privada e pública ; 2) as vantagens da mudança operada pelo Concílio ; 3) os horizontes de apostolado litúrgico que ela ajudará a abrir.

Oração privada e oração pública

Fazer uma oração pública e litúrgica significa orar em nome da Igreja, exercer um ato do culto público da Igreja, mesmo se o ministro que exerce êste ato está rezando sòzinho. A oração pública é a oração

(1) Nas citações por nós transcritas sôbre Liturgia, usamos a tradução dada pela Editora Vozes, Petrópolis, RJ, em D.P. (Documentos Pontifícios) n.º 144. A presente citação é do número 98.

da Igreja, Espôsa de Cristo, como um todo. Esta oração é *mais excelente que qualquer outra* (particular), graças à dignidade da *Espôsa de Cristo* (2).

O Ofício divino é, como o nome já o indica, o dever e o papel, glorioso da Igreja, *a voz da própria Espôsa, que fala com o Espôso, ou melhor, é a oração de Cristo, com seu próprio Corpo, ao Pai.*

Por conseguinte, todos os que se entregam a isso, não somente satisfazem o Ofício da Igreja, como também participam da honra suprema da Espôsa de Cristo, porquanto cantando os louvores a Deus estão diante de seu trono em nome da Mãe Igreja (3)

Nestas expressões magníficas da Constituição conciliar, temos tódia uma teologia do Ofício como oração de Cristo e da Igreja mediante os ministros deputados para este fim.

Cristo, Sumo Sacerdote da nova e eterna Aliança entre Deus e os homens, continua sua função sacerdotal através de sua Igreja. Não só pelo Sacrifício Eucarístico, mas ainda pelo Ofício divino, Jesus continua louvando seu Pai e intercedendo pela salvação do mundo. O Ofício é, realmente, divino por ser a oração do Homem-Deus que se prolonga na sua Igreja (4).

Sintetizemos estes dados transcrevendo a definição que na *Mediator Dei* Pio XII aduziu a tal respeito: *O Ofício divino é a oração do Corpo Místico de Cristo, feita a Deus em nome de todos os cristãos e em seu benefício, pelos sacerdotes e outros ministros da Igreja e pelos religiosos, para tal delegados pela própria Igreja* (5).

Até à presente decisão do Concílio, só os monges não-clérigos e as monjas rezavam o Ofício em nome da Igreja; outros religiosos não-clérigos e outras religiosas, ao rezarem juntos, mesmo os Salmos, exerciam um ato de piedade privada, aliás de forma nenhuma desprezível mas até de grande valor aos olhos de Deus. Rezavam pela Igreja, em favor dela, mas não em seu nome. Isso foi explicitamente lembrado por Pio XII em 1951 (6).

O significado profundo da decisão da Igreja

A mudança, decidida por Paulo VI e pelo Concílio, é um ato de amor e um sinal de estima para com os institutos não-clericais, mas sobretudo uma manifestação da vontade que a Igreja tem de cultuar sempre mais seu divino Espôso e, mediante Ele, o Pai celestial no Espírito de ambos.

Ato de amor, sinal de estima, a Igreja quer associar a seu ofício sacerdotal de louvor a Deus, a sua oração sacerdotal infalivelmente ouvida,

(2) PIO XII — Encíclica sobre o Corpo Místico, D.P. n.º 24, 88.

(3) D.P. n.º 144, 84-85.

(4) Cf. D.P. n.º 144, 83.

(5) PIO XII — *Mediator Dei*, D.P. n.º 54, 137.

(6) PIO XII — *Sponsa Christi*, A.A.S. 43, 1951, p. 17.

qualquer que seja a santidade da pessoa que o celebra a título de ministro, seus membros agregados em institutos que buscam publicamente a perfeição da caridade. Mesmo se não houver nenhum sacerdote presente, a reza do Ofício pelos religiosos e pelas religiosas deputados pela Igreja para tal fim é ato sacerdotal da Igreja, Corpo sacerdotal de Cristo Sacerdote. Trata-se, portanto, de uma valorização oficial do *sacerdócio batismal de oferecimento* — como diria o grande teólogo brasileiro Penido — *dêstes leigos que não deixam de ser tais por ser religiosos. Doravante, uma oração antes privada será pública e oficialmente eclesial: não é isso um grande passo no sentido de uma integração mais profunda dos institutos não-clericais dentro da Igreja? Não está a Igreja proclamando perante todos os seus filhos: "Êstes institutos são tão profundamente meus que eu vou fazer da sua prece a minha"?*

Tão grande sinal de estima traz consigo obrigações. O Ofício Parvo só será oração pública da Igreja se fôr estruturado conforme o Ofício divino e se fôr legitimamente aprovado. Por conseguinte, é de acreditar que alguns institutos não possam tão cedo se beneficiar da decisão; terão que reformar-se no plano da sua oração oficial. *Em mais de um caso, esta conformidade com o Ofício divino pedirá notáveis modificações* — comenta o liturgista Pe. Gy, O.P. (7). Consolem-se, no entanto, com estas palavras de Pio XII: *embora a oração pública, feita por toda a Igreja, seja mais excelente que qualquer outra, graças à dignidade da Espôsa de Cristo, contudo todas as orações, ainda as mais particulares, têm o seu valor e eficácia, e aproveitam também grandemente a todo o Corpo Místico, no qual não pode nenhum membro fazer nada de bom e justo, que em razão da Comunhão dos Santos não contribua também para a salvação de todos* (8).

Outra obrigação que dimana da decisão do Concílio será a de aprofundar a cultura bíblica, sem a qual o Ofício é incompreensível. Voltaremos a êste ponto em nossa terceira parte.

Mas, através dêste sinal de amor e de estima para com os institutos não-clericais, o que a Igreja está sobretudo querendo é glorificar mais sua divina Cabeça e, juntamente com Ela, o Pai das Misericórdias. Esta decisão insere-se no duplo movimento geral da vida litúrgica da Igreja santa e santificadora: Cristo está *presente finalmente quando a Igreja ora e salmodia. Êle que prometeu: "Onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, aí estarei no meio deles"* (Mt 18,20). *Realmente, em tão grandiosa obra* (isto é, a Liturgia), *pela qual Deus é perfeitamente glorificado e os homens são santificados, Cristo sempre associa a si a Igreja* (9). Estas palavras do Concílio sôbre a Liturgia em geral explicam muito bem o motivo último da decisão conciliar sôbre o ponto particular da reza do

(7) P. M. GY, O.P. — no comentário sistemático da Constituição conciliar, publicado por *La Maison-Dieu*, n.º 77, 1964, p. 174.

(8) PIO XII — Encíclica sôbre o Corpo Místico, *D.P.* n.º 24,88.

(9) *D.P.* n.º 144, 7.

Ofício pelos religiosos de institutos não-clericais : Cristo quer estender sua oração sacerdotal, junto ao Pai e em prol da humanidade inteira, mediante um número maior de membros adoradores em espírito e realidade.

Novos horizontes de apostolado litúrgico

Inicialmente, nos primeiros séculos da história cristã e litúrgica, o Ofício era a prece coletiva de toda a comunidade cristã, não só sacerdotal, mas ainda leiga. A comunidade cristã reunia-se cada dia para o Ofício da manhã e para o da noite. Uma vez que o Ofício está sendo rezado em nome de toda a Igreja, inclusive no dos leigos e em benefício destes, não é normal que a Igreja de 1964 volte a convidá-los a fazerem da sua prece oficial a prece pessoal e privilegiada de cada um deles ? É isso que parece ter desejado o Concílio ao proclamar :

Recomenda-se que também os leigos recitem o Ofício divino, ou com os sacerdotes, ou reunidos entre si, e até cada um em particular (10).

Grandioso convite oficial que os religiosos educadores têm o dever de encarnar na sua vida e transmitir por suas palavras. Devem ser eles educadores de orantes que rezem com piedade e gosto a oração pública da Igreja. Senão, falhariam em um ponto importante da sua missão divina e eclesial.

Logo, conviria que o Breviário (sobretudo o futuro, que será editado depois do Concílio) fosse explicado aos alunos e às alunas, colocado nas mãos deles como o verdadeiro manual de orações, destinado a substituir com todo proveito os presentes manuais de piedade, que ficariam somente como socorros subsidiários.

Mas isso só será possível se dermos à juventude uma educação bíblica e litúrgica — o que por sua vez exige que nós tenhamos ou adquiramos um conhecimento bíblico e litúrgico mais amplo, principalmente dos Salmos. Ouçamos ainda a voz do Concílio :

Sendo, além disso, o Ofício divino, como oração pública da Igreja, fonte de piedade e alimento da oração pessoal, são exortados os sacerdotes e todos os demais que tomam parte na recitação do Ofício divino a que acompanhem com a mente a recitação vocal e para esse fim adquiram um conhecimento litúrgico e bíblico mais amplo, principalmente dos Salmos (11).

Por outras palavras, a Igreja não quer mais encorajar de modo algum as tendências daqueles que, como a grande Santa Teresa, pensavam pouco importar que a gente entenda ou não o que está rezando. A inteli-

(10) D.P. n.º 144, 100.

N.B. — Queremos deixar bem claro que o n.º 100 da Constituição conciliar ainda não entrou em vigor; não obstante, devemos preparar os nossos ânimos para sua futura aplicação.

(11) D.P. n.º 144, 90.

gência também deve louvar e glorificar a Deus, consagrando a sua melhor atenção ao estudo da sua palavra, sobretudo quando esta palavra é oração revelada, como é o caso dos Salmos. Contudo — comenta o Pe. Gy, O.P. — não se trata só de conhecimento e de cultura, mas de abertura de coração e de um gosto pela oração bíblica e antes de mais nada pelos Salmos, *educadores indispensáveis de toda vida espiritual intensa*, destes Salmos que os monges do deserto sabiam de cor!

Tudo o que acabamos de dizer vale ainda para nossos alunos leigos, já que eles também são convidados pela Igreja a rezar o Ofício divino. Acrescentemos mesmo, com Dom Salmon (12), que *se alguém não obrigado a isso participa do Ofício celebrado por aqueles que lhe são oficialmente delegados, a oração dêle torna-se litúrgica*, isto é, pública e oficial; logo, os nossos alunos e alunas que rezassem Laudes ou Vésperas conosco estariam rezando a oração oficial da Igreja.

Oh, que belo espetáculo seria êste! Ver os alunos unidos com seus mestres religiosos, como eles e por eles imbuídos de piedade bíblica, cantarem os Salmos em côro, na língua vernácula, na língua de Vieira e de Dom Vital! (13).

Então professores e alunos, como professoras e alunas, “conscientizariam” de uma maneira admirável a sua pertinência à Igreja, a sua comunhão na Igreja: *o ser da Igreja — diz ainda Dom Salmon — é litúrgico... É na liturgia, e peculiarmente no Ofício, que a Igreja atinge a plenitude de seu ser... É porque o Ofício é a prece do Corpo Místico inteiro que êle é também a prece dos fiéis. Segundo São Paulo, a comunidade dos cristãos constitui o templo, e contudo todos formam um só templo. Neste templo exerce-se o sacerdócio nôvo. O caráter sacramental do batismo e da crisma é participação no sacerdócio de Cristo. Os fiéis são assim membros de um corpo sacerdotal; todos juntos são na Igreja um sacerdócio real. No Ofício, todos os batizados que receberam o caráter de Cristo participam eficazmente do culto que o Salvador oferece a Deus na sua Igreja* (14).

A celebração do Ofício divino por mestres e alunos juntos (15) contribuiria potentemente para fazer dos nossos educandários católicos uma

(12) Cf. A.G. MARTIMOR — *L'Église en Prière*, Desclée, 1961, p. 870. Esta “introdução à liturgia”, apesar da modéstia do subtítulo, constitui uma verdadeira enciclopédia.

(13) Cf. D.P. n.º 144, 101, § 2: *As monjas, como também aos membros quer homens não clérigos, quer mulheres, de Institutos dos estados de perfeição, pode ser concedido que usem a língua vernácula no Ofício divino, também celebrado em côro, contanto que seja em versão aprovada.*

(14) SALMON — *L'Église en Prière*, pp. 868-869.

(15) Cf. D.P. n.º 144, 101, § 3: *Todo clérigo obrigado ao Ofício divino, quando celebra em língua vernácula o Ofício divino com a comunidade dos fiéis ou com aqueles assinalados no § 2 (do n.º 101), satisfaz sua obrigação, contanto que o texto da versão seja aprovado. Logo, os sacerdotes professores nos colégios dirigidos por institutos clericais poderiam também rezar o Ofício com os alunos na língua vernácula. Pensamos, é claro, nas Laudes ou nas Vésperas.*

comunidade de trabalho, de oração e de culto, uma comunidade cimentada pela caridade sobrenatural, conforme o desejo do *Plano de Emergência* do Episcopado Nacional.

O conjunto das decisões conciliares sobre a oração pública dos institutos não-clericais, a liceidade da língua vernácula nela e a possível participação dos fiéis, abre novos horizontes tanto para a vida interior como para o apostolado dos religiosos, sobretudo educadores. Mais do que nunca no passado, a Liturgia contribuirá no futuro para que *os fiéis* (entre os quais sobressaem os religiosos) *exprimam em suas vidas e aos outros manifestem o mistério de Cristo e a genuína natureza da verdadeira Igreja, da qual é próprio, a um tempo, ser humana e divina... operosa na ação e devotada à contemplação, presente no mundo e no entanto peregrina* (16).

Pela oração pública do Ofício divino, os institutos não-clericais dos estados de perfeição manifestarão, como uma epifania externa, a essência interna da Igreja santa e santificadora, comunidade de culto em que *o humano se ordena ao divino e a êle se subordina, o visível ao invisível, a ação à contemplação e o presente à cidade futura, que buscamos* (17).

(16) D.P. n.º 144, 2.

(17) D.P. n.º 144, 2.



Retomemos, portanto, a nossa marcha, Veneráveis Irmãos. Esta resolução suscita em Nosso espírito outro pensamento, tão capital e luminoso que nos sentimos obrigado a participá-lo a esta assembléa, embora dêle já esteja plenamente avisada e esclarecida.

De onde parte a nossa marcha, Veneráveis Irmãos? Que caminho vamos seguir se atendermos menos às indicações que acabamos de lembrar do que às leis divinas a que se deve obedecer? E que fim darmos ao nosso itinerário? Já que estamos nesta terra, deverá êsse fim ter em conta as circunstâncias da nossa vida mortal dêste mundo. Mas deverá sempre visar à meta final e suprema que nos aguarda infalivelmente no térmo da nossa peregrinação.

Três perguntas, capitais na sua extrema simplicidade, porém uma só resposta. E aqui, nesta hora solene, esta resposta devemos proclamá-la por nós mesmos e fazê-la ouvir ao mundo que nos cerca: é Cristo, Cristo que é nosso princípio, Cristo que é nosso caminho e nosso guta, Cristo que é nossa esperança e nosso fim.

Atualidade do Padre Rodolfo Komórek

O mais nôvo Servo de Deus salesiano será uma figura atualizada para os nossos tempos ?

PADRE EDWALDO G. AMARAL, S.D.B.

A CONGREGAÇÃO SALESIANA acaba de iniciar em São José dos Campos, Estado de São Paulo, o Processo de Beatificação de mais um Servo de Deus: o Padre Rodolfo Komórek. Distinguiu-se êste sacerdote por sua austeridade de vida e seu severo espírito de penitência. Hoje, que os tempos "parece" tenham mudando. . . por outros rumos no campo da própria espiritualidade cristã e apostólica, não será descabido talvez fazer aqui a pergunta:

— Um sacerdote de tal modo austero, mortificado, penitente, será uma figura atual, moderna, que possa ser apontado como modêlo em nossos dias ?

— Em primeiro lugar, convém observar que o Padre Rodolfo tanto tinha de austero e severo consigo mesmo quanto de indulgente e bondoso usava no trato com os outros. Sabia compreender o seu próximo

Padre RODOLFO KOMÓREK, sacerdote do clero polonês, nasceu em Bielsko (Silésia) a 11 de outubro de 1890. Ordenado sacerdote a 22 de julho de 1913, trabalhou no ministério paroquial em sua diocese até 1922, tendo sido também capelão do exército austriaco durante a guerra de 1914-18 e caído prisioneiro em Trento. Em 1922, ingressa na Congregação Salesiana e pede para ser enviado missionário entre os infiéis.

Chega ao Brasil em 1924 e aqui se vota arduosamente à cura de almas em várias cidades: Dom Feliciano, RS, entre colonos poloneses; em Niterói, RJ, na Basílica de Maria Auxiliadora; em Luiz Alves, SC, como vigário co-operador; em Lavrinhas, SP, na casa de formação dos salesianos; vindo a encerrar a sua carreira apostólica em São José dos Campos, SP. Nestu última cidade trabalhou por nove anos, até que, minado por grave doença, aí veio a falecer, a 11 de dezembro de 1949. A fama de santidade, autêntica e profunda, acompanhou-o desde os verdes anos, e, em todos os lugares onde exerceu seu apostolado, o povo o apelidava de "Padre santo". O processo informativo diocesano sôbre suas virtudes foi instalado na Diocese de Taubaté, aos 31 de janeiro dêste ano, conjorme foi noticiado em nossa Revista, n.º 107.

e desculpava com facilidade, desculpava *sempre* as faltas alheias. Para com os ignorantes e os rudes ele nutria uma especial atenção e benevolência. Religioso apegado à estrita observância de sua Regra, julgava ele as pessoas do mundo, que vivem em sociedade, como facilmente desculpadas por Deus. Muitos dos deslizes dos homens ele os atribuía ou à falta de formação na juventude ou às influências do meio ambiente, às condições de vida e outros fatores adversos. No confessorário, Padre Rodolfo só usou o perdão e o conforto. Sabia, com delicada amabilidade, desculpar o penitente e consolá-lo, animando-o a lutar contra os seus defeitos e progredir sempre mais na vida espiritual.

Amor ao próximo

Flor viva da caridade que ardia em seu peito, Padre Rodolfo, sem haver estudado, praticou efetivamente "relações públicas" de maneira sumamente bondosa e conforme sempre ao espírito sacerdotal, atendendo a estranhos, hóspedes e visitas. E esta é uma virtude bem moderna que se torna cada dia mais necessária, especialmente em sacerdotes e religiosos.

Foi sem dúvida a caridade para com o próximo a virtude que mais irradiava deste servo de Deus. Caridade verdadeira, profunda, desinteressada — uma caridade de cada instante e para com todos sem qualquer distinção. Tratava com gentileza os ricos e pessoas de alta sociedade, mas suas complacências foram acima de tudo para os pobres, principalmente os velhos e os doentes, que ele com expressão característica chamava de "os mais míseros". Sua ardente caridade dava-lhe forças — mesmo na doença — para não temer os maiores sacrifícios, quando se tratava do bem do próximo. Procurava servir a todos nas menores coisas, prestar-lhes toda sorte de obséquios, quando necessitados. Vimo-lo muitas vezes consolando os que se achavam tristes ou acabrunhados, prestando a todos, com o maior desvelo e generosidade, qualquer auxílio que lhe fosse solicitado.

Seu amor aos pobres foi sincero e real. Não um amor demagógico que faz do pobre objeto da própria grandeza e que deseja continue o pobre sempre pobre, para explorar o fato de sua miséria. Mas um amor atuante que se volta para o pobre, procurando orientá-lo, soerguê-lo e animá-lo a lutar contra a própria pobreza.

A hora em que vivemos é a hora da caridade. Da autêntica, da única caridade, que só o Evangelho ensina, que só Cristo nos pode dar. Um mundo estraçalhado pelo ódio só entende a linguagem da caridade, a única que o poderá chamar de volta a Deus. Padre Rodolfo, especialmente em São José dos Campos, nos últimos nove anos de seu heróico apostolado sacerdotal — os anos em que o conhecemos — falou esta linguagem, feita só de fatos, a única persuasiva aos homens de nosso tempo, tantos deles materialistas, ateus, alheios à Igreja, afastados de Deus e de qualquer sentido espiritual e eterno em suas vidas.

Para os homens de nossos dias, a vida do Padre Rodolfo é dessas que "faz mistério". Isto é, sua dedicação, seu devotamento em favor dos

outros, e particularmente em favor dos mais necessitados, não admite explicação a não ser como um testemunho vivido do fogo da caridade que Cristo veio trazer à terra, e no qual anseia que todos os homens sejam abrasados.

Discípulo fiel do Mestre Divino, Padre Rodolfo era para os que o cercavam o retrato vivo de Cristo, a presença de Jesus, bondoso, compassivo, indulgente para com os pecadores.

Amor à verdade e coerência

Há ainda uma virtude que foi básica na vida do Padre Rodolfo Komórek e que explica tôdas as suas penitências e mortificações — uma virtude que é apregoada em nossos tempos como imprescindível para o homem moderno: é a autenticidade. A vida moderna está a exigir sempre mais do homem de hoje uma absoluta coerência consigo mesmo, coerência em seu modo de agir e falar com os princípios norteadores de sua existência, com sua maneira de pensar, enfim com sua cosmovisão. Daí o crescente repúdio a tôdas as formas de afetação, de máscara, de “salvar as aparências”. Todos buscam essa autenticidade em seu viver. Mais que ninguém, os cristãos o devem fazer nos dias que correm.

Padre Rodolfo levou êste princípio às últimas conseqüências em seu modo de agir e de portar-se nas mais variadas circunstâncias. Se só o que vale é o espírito, se só a alma é imortal, se só o que importa é o que tem valor eterno, Padre Rodolfo considerava como nada as satisfações da vida, desprezava as honras e qualquer prazer, enfim, subjulgava inteiramente a carne ao espírito. Tôda a sua vida se resume num contínuo e generoso esmagamento da natureza, em seus movimentos depravados, mediante a graça com sua fôrça sobrenatural. Fôrça que êle hauria na união com Deus, na prece incessante. O ângulo de vista estritamente sobrenatural dominava tôda a sua cosmovisão. E daí, dessa apreciação superior dos homens e das coisas, êle deduzia com absoluta coerência sua maneira de avaliar os acontecimentos e sua jerarquia de valores. Nada do que é mundano, terreno e passageiro preocupava Padre Rodolfo e o podia desviar de sua norma reta de conduta.

Neste particular, para nós, que convivemos com êle, a figura do Padre Rodolfo brilha com uma estupenda atualidade.



Dentro dessas linhas básicas de interpretação, é que se devem entender todos os fatos narrados na vida do nôvo Servo de Deus salesiano — o primeiro do Brasil — e é nessa luz que nós entendemos que sua silhueta moral de sacerdote, de penitente, de apóstolo e de vítima, deva ser apresentada às novas gerações como figura atualizada e moderna.

Escreveu um grande sacerdote, há pouco falecido: *Os homens que se achegam dos sacerdotes e os que os evitam estão todos, sem exceção,*

famintos de bondade, de compreensão, de solidariedade, de amor: morrem da falta de Cristo, sem o saberem. A cada um de vós eles dirigem a súplica angustiada feita pelos gregos ao apóstolo Filipe: "Quisérámos ver a Jesus" (Jo 12,21). Não decepcioneis essa pobre gente. Procurai compreender, sentir, compadecer-vos, desculpar, AMAR! Não te nhais receio; é apenas isso o que todos esperam de vós.

Nestas linhas vemos fielmente retratada a figura do Padre Rodolfo Komórek. Para os homens do nosso tempo.



Um passo fundamental para o progresso do povo brasileiro terá que consistir em tornar eficaz, em toda a extensão do País, a obrigatoriedade de melhorar a qualidade do ensino primário e, em segundo lugar, do ensino médio. Lançar-se, como alguns pretendem, numa campanha de simples alfabetização, e descuidar o problema na sua essência, é uma ilusão que pode resultar tão inútil quanto perigosa. O brasileiro analfabeto precisa de um mínimo de cultura geral que não se obterá, milagrosamente, só com aprender o significado dos sinais da escrita, por importante que seja este primeiro passo.

(P. JOSÉ N. DE CAMPOS, em *Os Grandes Problemas do Brasil na Década de 60*)



Sacerdócio é paternidade espiritual, assim como virgindade é maternidade espiritual. Por mais que difiram os termos, por mais que difira o sentido, tanto filológica, como filosoficamente, tudo vem a ser quase a mesma coisa na ordem sobrenatural: sacerdócio e paternidade espiritual.

Quanto mais nos elevamos até Deus, tanto mais simples e mais profundas se tornam todas as coisas. Quanto mais descemos até aos homens, tanto mais complicadas e superficiais se tornam todas as coisas. Diante de Deus, tudo é uma coisa só. "Não há homem, nem mulher" (Gal 3,28). O que importa é o dom de si.

... Nossa igreja é essencialmente igreja missionária. Deve conquistar toda a terra para Cristo. O dever missionário, cada qual o cumpre, se de si próprio faz brotar torrentes de graças que se derramem pelo mundo. Todo religioso que de algum modo vive seu ideal monástico cooperará no missionamento do mundo, quer pense, quer não pense nisso. Basta-lhe viver totalmente de acordo com o voto de castidade.

A Propósito de Vocação

PE. ANTÔNIO GERMANO, S. J.

N. da R. — Por a julgarmos de merecido valor pelo contributo que oferece no cultivo e análise das vocações ao serviço de Deus, publicamos na íntegra a conferência que o esclarecido autor pronunciou, sob o título FATORES SOCIOLÓGICOS E PSICOLÓGICOS QUE INFLUEM NO ASPECTO HUMANO DA VOCAÇÃO, por ocasião da II Semana de Estudos, em Fortaleza, de 15 a 21 de fevereiro último, em comemoração ao 1.º Decênio da CRB.

ANTES de entrar no assunto próprio da conferência, convém recordar algumas noções preliminares que ajudarão a compreender melhor o tema central. Dado porém que essas noções já são de todos sobejamente conhecidas, não nos vamos estender em sua exposição. Apenas passar sobre elas, leve e rapidamente, com o intuito único de avivá-las na memória.

1. *O que é a vocação.* — A vocação é um chamado de Deus e da Igreja a determinadas pessoas para uma consagração pessoal e uma dedicação especial ao seu divino serviço. Portanto :

2. *Atôres principais no drama da vocação.* — São três : Deus a Igreja e o indivíduo.

a) — *Papel de Deus*

1.º — *Destinar*, desde tóda a eternidade, um determinado número de pessoas (entre as quais o indivíduo em questão) para essa consagração e êsse serviço.

2.º — *Dotar*, no tempo (quando o cria de fato) êsse indivíduo com as qualidades fundamentais indispensáveis ao desempenho de tal missão. Do contrário, êle seria um instrumento inadequado ao fim a que Deus o destina, e repugna que Deus onisciente escolha tais instrumentos.

3.º — *Notificar* (dar a conhecer) ao indivíduo o fato da sua destinação. Note-se porém que, ordinariamente, tanto a notificação como e principalmente a dotação não são dadas por Deus de uma vez e para sempre, mas aos poucos, gradativa e progressivamente. Quanto à dotação, não somente é necessário mas mesmo não é nada comum que Deus dê ao indivíduo, de uma vez e sem sua colaboração, o que se chama a *idoneidade* de fato, isto é, tôdas as qualidades necessárias, completas e acabadas. Basta, e é o caminho ordinário, que Deus o dote com o que se chama a dotação fundamental, ou seja um conjunto de disposições que, devidamente desenvolvidas, mediante o concurso concatenado da graça divina e da colaboração do indivíduo e das circunstâncias externas, possa normalmente chegar ao térmo desejado que é a *idoneidade*! É o que tão bem expressam M. Debroye e R. Izard em seu artigo "Jalons pour une théologie de la Vocation Sacerdotale" publicado em número especial de março de 1960 pela Revista "Vocations Sacerdotales et Religieuses" quando escreve: *O chamamento de Deus é criador; mas a criação dos viventes é sempre progressiva. Deus os põe na existência de forma incoativa. Dispõe nêles um princípio de desenvolvimento e de progresso cuja ação fica dependente das circunstâncias fortuitas, dos meios mais favoráveis, até da boa vontade ou da competência das causas livres. Quanto à notificação, já é mais freqüente, embora não seja comum, que Deus a faça de uma vez e extraordinariamente, como aconteceu com Moisés, São Paulo e tantos outros. O caminho ordinário, no entanto, é o da revelação progressiva e indireta, através das causas segundas, partindo de uma notificação inicial e imprecisa, manifestada por simples sinais de vocação até chegar, com o tempo e gradativamente, à certeza moral que possibilita a decisão racional e ordenada. Daí a necessidade do quarto passo a ser dado por Deus em seu papel pessoal em nossa vocação.*

4.º — *Providenciar os meios* necessários para êsse desenvolvimento progressivo, tanto da dotação como da notificação. Êsses meios serão, na prática, um conjunto de graças especiais; graças internas de iluminação do entendimento para conhecer a destinação divina e a moção da vontade para abraçá-la, e externas para que as circunstâncias que envolverão a vida do destinado favoreçam ou ao menos não impossibilitem êsse desenvolvimento.

b) — *Papel do indivíduo*

1.º — Uma vez verificada a existência dos sinais de vocação, procurar, conscientemente, com os meios que Deus põe ao seu alcance, investigar qual é, de fato, a vontade divina a seu respeito até passar do simples sinal (e por conseguinte da mera possibilidade) à *certeza moral*.

2.º — Desenvolver progressivamente, com o auxílio da graça divina e das circunstâncias externas, a dotação fundamental até atingir a verdadeira *idoneidade*.

3.º — Uma vez certa da destinação divina e consciente da necessária idoneidade (sôbre a qual cabe à Igreja julgar), decidir-se, *livremente*, abraçando ou recusando o divino chamamento. É escusado acrescentar que para a resposta afirmativa a graça divina é, aqui mais do que nunca, necessária.

c) — *Papel da Igreja*

1.º — Verificar, com a luz do Espírito Santo e a prudência sobrenatural, a *autenticidade* do chamamento de cada um.

2.º — Ajudar a cada um com os meios naturais (educação, instrução) e sobrenaturais (oração, liturgia, sacramentos) a seu alcance no desenvolvimento da vocação, de seu estado inicial (germens, sinais) até a maturidade (certeza, idoneidade).

3.º — Uma vez verificada essa autenticidade da vocação, *ratificá-la* pelo chamamento “canônico”. Essa ratificação, para ser legítima, exige e supõe no eleito duas realidades essenciais : idoneidade e reta intenção.

3. *Processo ordinário da vocação.* — Resumindo tudo o que foi dito, poderíamos sintetizar assim o processo ordinário da vocação :

a) *Ponto de partida* : a destinação divina decretada *ab aeterno* é manifestada no tempo através da

— dotação fundamental (embrionária) : germens de vocação ;

— notificação inicial (por vêzes imprecisa) : sinais de vocação.

b) *Caminho a percorrer* : desenvolvimento gradativo e progressivo desses “germens” de vocação (idoneidade potencial) até a plena maturação (idoneidade atual), e desses “sinais” (possibilidade de vocação) até à clareza (se não evidência, pelo menos certeza moral de vocação).

c) *Término final ou ponto de chegada* : da parte do indivíduo : decisão final. Da parte da Igreja : ratificação dessa decisão pelo chamamento canônico.

FATORES PSICOLÓGICOS

1 — **Fatores psicológicos que condicionam a “reta intenção” sobrenatural**

Já vimos que na ratificação final de uma vocação pelo chamamento canônico a Igreja não pode proceder arbitrariamente. As discussões a êsse respeito que, no princípio do século, abalaram os meios eclesiásticos já estão, graças a Deus, definitivamente superadas. Hoje é ponto pacífico do ensinamento oficial da Igreja que, para ser legítimo, o chamamento canônico tem que basear-se em um fato : a autenticidade da vocação. Autenticidade que estará comprovada com a verificação, no

candidato às ordens sacras ou aos votos religiosos, de duas realidades fundamentais : a idoneidade e a reta intenção. A idoneidade constituída por um conjunto de qualidades naturais e sobrenaturais que formam, por assim dizer, a *base de sustentação* da vocação, o substrato natural que, colocado à disposição da graça divina, facilitará a sua ação ou pelo menos não lhe porá obstáculos humanamente insuperáveis. A reta intenção é o desejo sincero do candidato de consagrar-se realmente ao serviço divino e comporta dois elementos :

— um elemento racional (intelectivo-volitivo) que consiste na livre decisão de abraçar o estado eclesiástico por motivos realmente sobrenaturais ;

— e um elemento psicológico que deve preceder e normalmente condiciona o primeiro : um certo *élan* vital, uma tendência profunda que vem das mais íntimas camadas do nosso melhor “eu” e que obtém sua plena ressonância na resposta ao chamado divino. Prefaciando o livro *La Vocazione Sacerdotale e Religiosa*, tece o Pe. Innocenzo Coloio, O.P., as seguintes considerações sôbre êste assunto : o elemento interior poderá ser designado como simples expressão “*recta intentio*”, contanto que se dê ao substantivo o significado forte (confirmado pela etimologia) de tensão, tendência, aspiração ; e ao adjetivo, o significado de uma “*retidão espontânea, genuína*” e não de uma ratificação sucessiva, acomodativa, mais para acomodar a consciência a um estado não desejado e quase imposto. Em outros termos, e muito mais simples, a “*recta intentio*” equivale a um santo, sincero, enérgico e constante desejo do sacerdócio. Para que haja no candidato aquela verdadeira reta intenção exigida pela Igreja, não basta uma fria decisão da vontade, por mais alto que pareça ser o seu motivo determinante. É preciso que estas decisões sejam a resposta autêntica não sômente a uma motivação vinda de fora mas a uma aspiração genuína que brote do mais íntimo do ser e encontre nesta resposta a sua e a mais plena realização. E é precisamente aqui que se insere a primeira influência — a influência decisiva — dos fatores psicológicos no despertar, no desenvolvimento e na cristalização da vocação. E quais seriam, concretamente, êsses fatores ? A nosso ver, se poderiam talvez reduzir a dois : um fundamental, do qual tudo mais depende, e outro subsidiário, nascendo do primeiro e completando-o.

a) O fator realmente fundamental para a existência dêsse *élan* vital, no sentido da vocação, é o que os entendidos chamam de *afetividade oblativa*. Ouçamos um dêles : *Embora de caráter sobrenatural* — escreve João António Nabais em seu livro “A vocação à luz da psicologia moderna” — *a reta intenção assenta sôbre uma base natural indispensável... depende diretamente da afetividade oblativa de cada um*. Nem todos têm a mesma capacidade sob êste aspecto, como, de resto em todos os outros da vida psíquica... *A afetividade é — no dizer de Ed. Pichon — a capacidade de ter sentimentos... por isso mesmo, a capacidade de interessar-se pelas coisas e pelas pessoas... Os afetos são, a princípio,*

unicamente captativos... à medida que se vai operando o desenvolvimento moral, torna-se disponível maior quantidade de afeto por via oblativa, isto é, para elevar o indivíduo a dar-se a si mesmo, a amar verdadeiramente... Quantos, porém, não cristalizam na primeira fase... não chegando nunca ou mal conseguindo chegar à afetividade oblativa... Estes são geralmente incapazes do ato sobrenatural da reta intenção exigida para o sacerdócio.

Vemos aqui claramente a diferença entre a afetividade oblativa — isto é, capacidade de interessar pelas coisas e pelas pessoas com a atenção e a “tensão” psicológicas voltadas para fora de nós, para os outros, num verdadeiro sentido de doação — e a afetividade captativa, isto é, interesse apenas aparente pelos outros, quando na realidade o que nos outros buscamos é apenas a nós mesmos, nossa satisfação e nosso interesse. A primeira — afetividade oblativa — fundamenta o verdadeiro amor, o amor-querer-bem que consiste em esquecer-nos de nós mesmo para buscar o *bem* objetivo, que coincide tantas vezes com o bem dos outros, o bem do objeto amado. A segunda — afetividade captativa — fundamenta o *egoísmo* que, sob a aparência de amor, na realidade busca apenas o próprio prazer. Em todo homem normal costuma haver uma mescla, uma mistura das duas afetividades. A dosagem, porém, varia de indivíduo para indivíduo. Naqueles em que o predomínio é da afetividade oblativa existe a disposição psicológica fundamental para a vocação sacerdotal ou religiosa. É quanto maior esse predomínio, quer verticalmente (no sentido de Deus), quer horizontalmente (no sentido do próximo), mais propício será o campo aberto à ação da graça de eleição. Aquêles porém em que o predomínio é da afetividade captativa, da tendência ao egoísmo e ao autofechamento, êsses, como bem diz o Pe. Nabais, *são geralmente incapazes do ato sobrenatural da reta intenção exigida para o sacerdócio ou a vida religiosa.*

Se um indivíduo dessa “tonalidade” psicológica envereda por esse caminho, normalmente ou não o suportará, atirando, cedo ou tarde, a carga pela janela, ou pelo menos nunca se sentirá inteiramente à vontade e muito menos “realizado” no gênero de vida que escolheu. Será sempre um peixe fora da água, um ser violentado, intimamente frustrado. E, como tal, normalmente incapaz das íntimas alegrias, da satisfação vital que caracteriza os “realizados”. Destinar, chamar um indivíduo nestas condições, estaria contra os princípios fundamentais pelos quais se rege ordinariamente a Divina Providência. *Deus nos criou* — escreve o Pe. Vítor Bertoli em sua excelente conferência — *a vocação globalmente considerada, com o finis operantis (de sua glória) e com o finis operis (da nossa felicidade).* Deus nos criou para sermos felizes. Quanto melhor correspondermos aos seus anseios, tanto maior será a nossa felicidade. Ora, a felicidade é o repouso da consecução da coisa desejada. Que é que deseja nossa personalidade, isto é, nossa vida psíquica total? Aquilo que deseja qualquer vida: seu pleno desenvolvimento. Dizer pois que Deus nos criou para sermos felizes é afirmar que nos criou para de-

envolvermos tôdas as aspirações mais profundas do nosso ser. Se isto vale para os homens em geral, vale com mais razão para os privilegiados de vocação divina; e proporcionalmente pelo amor por êles manifestado. Deus quer, na vocação, a satisfação, a quietude dos desejos psicológicos mais profundos dos chamados. Nisto consiste a vocação psicológica. É, pois, a adesão total da alma ao chamado divino experimentando, gradativamente, na vocação o desenvolvimento de tôdas as suas possibilidades psíquicas. A ausência, por conseguinte, da disposição psicológica fundamental que torna possível êsse repouso, essa quietude, essa autêntica realização pessoal no sacerdócio, será ordinariamente um indício claro de ausência de vocação. É certo que a graça divina é onipotente, e, como tal, não está ligada às barreiras e limitações humanas. Deus pode obrar milagres sem conta, inclusive êsse de amparar, fecundar e vivificar uma vocação dêsse gênero. Mas isso seria realmente um milagre. E o milagre não é o caminho ordinário da Divina Providência.

b) O segundo fator que, a nosso ver, complementa o condicionamento psicológico da autêntica reta intenção é o que se poderia chamar *sentido de elevação*. Por sentido de elevação entendemos uma certa tendência natural e espontânea, uma certa atração automática e sintomática pelas coisas altas e nobres. Tendência e atração que, cultivadas em sentido vertical, levam a uma religiosidade também natural e espontânea, e, no sentido horizontal, ao que se poderia chamar o sentido de nobreza e dignidade. Como o primeiro fator — afetividade oblativa — também êste, o sentido de elevação, tem que ser autêntico, genuíno, com raízes bem profundas e bem fincadas no mais íntimo de nosso ser e não apenas de fora, insinuado ou impôsto à maneira de verniz ou de emplastro. Êste sentido de elevação nasce mais ou menos espontâneamente da própria afetividade oblativa e a complementa. Dá-lhe um sentido mais definido e a orienta mais concretamente por aquêles caminhos superiores onde mais fâcilmente se ouve a voz de Deus. O contrário seria a ausência habitual dêsse atrativo de altura, o predomínio espontâneo das tendências baixas e rasteiras que faz com que o indivíduo se sinta à vontade, como que “em casa”, sem mal-estar nem constrangimento, no reino da mediocridade ou, pior ainda, em pleno “mar de lama”.

Também a verificação dessa realidade psicológica seria, por si só, um índice bastante evidente de ausência de vocação. Êstes os fatores psicológicos fundamentais que influem na reta intenção exigida pela Igreja. Passemos agora a considerar os :

2 — Fatores psicológicos que condicionam a idoneidade canônica

Poder-se-iam reduzir a três : um amplíssimo e fundamental — o equilíbrio psíquico e psicológico — e dois complementares e subsidiários (entre si e em relação ao primeiro), a tenacidade e a docilidade.

a) Equilíbrio psíquico e psicológico

É a base natural de *tudo* no caminho normal que leva à idoneidade. Por equilíbrio psíquico entendemos o equilíbrio humano fundamental, em suas tendências básicas e profundas, aquelas que brotam do mais íntimo do seu "eu" e se movem nos domínios misteriosos e complexos do seu próprio inconsciente. Por equilíbrio *psicológico* entendemos a projeção deste equilíbrio fundamental nas esferas superiores do "eu" no campo da consciência e nos hábitos de vida. Identifica-se, praticamente, com o autodomínio e a jerarquia das facilidades e é quase um corolário do equilíbrio fundamental psíquico. Impossível sem ele, natural e quase espontâneo quando ele é uma realidade. O primeiro — o equilíbrio psíquico — deve fazer parte do "patrimônio" da vocação, da "dotação fundamental" de onde parte todo trabalho vocacional. Por isso, os sinais evidentes de comprometimento desse equilíbrio básico são, *ipso facto*, sinais suficientes para se duvidar seriamente da autenticidade de uma vocação. O segundo — o equilíbrio psicológico — deve ser um dos objetivos primordiais daquele trabalho progressivo de que falamos antes: o desenvolvimento da dotação fundamental (germens de vocação) até chegar à idoneidade (madureza da vocação).

b) Fatores que perturbam e comprometem o equilíbrio necessário

1.º — *Psicoses*. Por "psicose" entendem geralmente os psicólogos uma perturbação do sistema nervoso e do mundo inconsciente de tal natureza e intensidade que compromete ou quase, de maneira mais ou menos permanente e definitiva, o equilíbrio fundamental (psíquico) do indivíduo. Ela invade o campo psicológico com um impulso praticamente irresistível que perturba permanentemente, ou ao menos periodicamente, o funcionamento normal da inteligência, falseando os seus juízos; da vontade, diminuindo-lhe consideravelmente ou mesmo suprimindo-lhe por completo a liberdade; e da atividade, tornando-a autônoma e anárquica em suas tendências e em suas manifestações. São os casos patológicos evidentes que reduzem ao mínimo a personalidade verdadeiramente humana do indivíduo, sua liberdade e sua responsabilidade e, por conseguinte, são evidentemente incompatíveis com as exigências da vocação sacerdotal e religiosa.

2.º — *Neuroses*. A neurose é um meio termo entre a psicose e a psicologia normal. Uma perturbação mais ou menos permanente do equilíbrio interior, não tão pequena que se possa simplesmente desprezar nem tão grande, que o comprometa sempre, definitiva e irreversivelmente. É este, sim, é um capítulo importantíssimo para o discernimento e o cultivo das vocações, pois os erros de juízo ou de orientação nesse setor costumam ser de consequências desastrosas e por vezes fatais. Os Drs. René e Biot e P. Galimard, em seu excelente livro *Guia médico das vo-*

cações sacerdotais e religiosas — livro que não pode ser ignorado por ninguém que se interesse por êsse assunto — dedicam o seu capítulo III intitulado “Temperamentos e constituições mentais”, a êsse tema palpitante das perturbações do equilíbrio psíquico. O melhor que podemos recomendar é remeter os interessados a êsse trabalho, que não é o que há de mais profundo sôbre o assunto, diga-se a verdade, e está muito longe de esgotar a matéria. Tem, no entanto, o mérito inestimável de chamar poderosamente a atenção para os principais desvios da psicologia normal que afetam e condicionam a autenticidade da vocação e abre a picada, digamos assim, indicando o roteiro a seguir por quem deseja ter dêsses assuntos um conhecimento científico e profundo. Êles chamam de “constituição mental” à estrutura psíquica, isto é, ao estado, à disposição psíquica fundamental que se manifesta e se traduz na prática pelos sintomas psicóticos ou neuróticos.

Chama-se constituição mental — escrevem êles — *um estado psíquico permanente que se manifesta por perturbações relativamente dêbeis, que não atingem a inteligência como tal e sim a afetividade e a vontade. Costumam manifestar-se claramente nos períodos difíceis da vida sob o influxo de provas morais ou desequilíbrios orgânicos... A maior parte do tempo, êsses estados são compatíveis com uma vida aparentemente normal. Sdmente quando se agravam, necessitam por completo da psiquiatria e podem chegar a... verdadeira loucura!* Em seguida, descrevem sumariamente as principais constituições mentais e sua possível relação com a vocação, indicando logo a conduta a ser observada pelos diretores espirituais e orientadores vocacionais. Eis, superficialmente descritas, as principais constituições mentais indicadas pelos referidos autores :

— *Constituição paranóica.* Manifestada por um orgulho apaixonado e irracional, uma verdadeira complacência e um verdadeiro culto do próprio pensar e do próprio juízo... Pessoas que tudo sabem, que sempre têm razão mesmo contra a evidência... Convencidas de sua própria superioridade sôbre o próximo, que não suportam contradição nem autoridade... Crêem conhecer tudo porque tudo discutem. Já têm uma posição tomada antes de seu interlocutor abrir a bôca. São homens que não escutam mas julgam imediatamente.

— *Constituição psicastênica e hipocondríaca.* Assemelham-se em que os que por ela são afetados entregam-se a uma introspecção exagerada, analisam até o infinito a mais insignificante emoção ou sensação e rumnam irresistivelmente suas obsessões e misérias. Seu mundo interior tem para êles infinitamente mais importância do que tudo que possa acontecer no exterior. A diferença entre as duas está em que o hipocondríaco dirige a sua obsessão para o funcionamento do seu corpo (mania de doença) e o psicastênico para os problemas morais (obsessão da imperfeição do pecado do inferno).

— *Constituição histórica*. Sob uma vasta gama de manifestações externas que se caracterizam pelo exagêro, pela ilogicidade e pela preocupação, as mais das vèzes inconscientes, de chamar a atenção. Manifesta em suas vítimas esta constituição uma diminuição do campo da consciência com a preponderância do inconsciente e do subconsciente na vontade clara e reflexiva. É uma espécie de infantilismo permanente. O histórico, mesmo adulto, continua psicologicamente uma eterna criança, pois suas reações são tipicamente infantis.

— *Constituição ciclotímica*. Faz o indivíduo passar, sem meio térmo e sempre exageradamente, do excesso de entusiasmo à depressão excessiva e vice-versa.

— *Constituição esquizóide*. Faz de suas vítimas seres estranhos, solitários e anti-sociais que na vida em comum só encontram motivo de aborrecimento. Parecem viver “uma ruminação de complexos afetivos, de imaginações mais ou menos delirantes”, algo assim como uma contemplação perpétua de si mesmo, um egocentrismo levado ao extremo que busca desconhecer o mundo exterior e assumir-se na deleitação do próprio “eu”.

— *Constituição emotiva*. Ao contrário do esquizóide, o emotivo constitucional reage às excitações exteriores com excepcional violência. Um acontecimento banal... origina nêles fenômenos de inusitada intensidade: enrubescimento e palidez do semblante, relaxação dos membros, vertigens, suores abundantes, perturbações da vista e às vèzes até crises diarréicas e opressão precordial. Em tôdas estas constituições mentais há uma imensa variedade de profundidade e intensidade. Em seu ponto extremo e em suas manifestações mais violentas tôdas elas atingem as fronteiras da psicose, da loucura. Em seu térmo médio desenvolvem-se nos vastos domínios da neurose. E, em seu limite inferior, tocam não raro o campo da psicologia normal, na qual sempre se encontram sintomas leves de tôdas essas tendências. Na análise de um caso extremo deve-se ter todo o cuidado em evitar tanto a ingenuidade ignorante como os diagnósticos e resoluções precipitadas.

3.º — *Automatismo*. Em seus períodos doentios tôdas estas constituições mentais se manifestam através dos chamados “automatismos”, isto é, impulsos mais ou menos incontroláveis que irrompem das profundezas do inconsciente no campo da consciência de uma forma tão imperativa e categórica, que deixam a vontade numa difícil situação diante de suas imposições. Situação que varia desde a simples dificuldade de contrôle, nos casos paranormais, até a absoluta impotência, a verdadeira perda da liberdade, nos casos agudos patológicos. Além dos já citados, ao descrever as diversas constituições, podíamos indicar ainda os seguintes automatismos:

— *instintos baixos* (busca obsessiva dos prazeres da esfera genital, mitomania, cleptomania etc.);

— *instintos perversos* (sadismo, crueldade, diversas espécies de taras);

— *instintos desviados* (dos quais a homo-sexualidade é o caso mais patente).

Voltando ao nosso tema, podemos estabelecer o seguinte princípio geral: todos estes automatismos, como de resto todas as constituições mentais descritas, perturbam de alguma maneira o equilíbrio e, por isso mesmo, todas exercem uma influência negativa sobre a vocação.

Em suas formas extremas (psicose) ou quase extremas (neuroses profundas, automatismos manifestos e permanentes) elas excluem completamente a possibilidade da idoneidade vocacional. Em suas formas leves, elas poderão coexistir com uma vocação autêntica, mas a subsistência, o desenvolvimento e a qualidade dessa vocação estarão condicionadas em grandíssima parte com a capacidade de razão e de libertação do indivíduo afetado. E isso é evidente: a vocação sacerdotal ou religiosa é, como vimos, uma doação total, uma consagração pessoal a Deus e seu serviço. Sua possibilidade e seu "quilate" dependem evidentemente e se medem pela possibilidade e pelo "quilate" dessa doação e desta totalidade. Tudo aquilo que impeça essa doação, impede a vocação. Tudo aquilo que diminua a totalidade da doação, diminui a sua qualidade. Ora, os fenômenos que analisamos diminuem a liberdade da vontade e o seu domínio sobre o mundo interior. Logo, diminuem também na mesma proporção a sua capacidade de doação. Nos casos extremos, suprimem praticamente a liberdade, suprimem simplesmente a mesma possibilidade da doação vocacional. Nos casos menos graves, mesmo que não suprimam totalmente essa possibilidade, diminuem no entanto a qualidade da doação, impossibilitando a sua totalidade.

c) *Tenacidade e docilidade*

O equilíbrio psíquico que possibilita a verdadeira liberdade da vontade e seu autêntico domínio do mundo interior é, como vimos, o fator psicológico fundamental no condicionamento humano da idoneidade vocacional.

Mas não é o único. Não basta ser livre, isto é, *poder* dar-se para dar-se de fato. Entre a possibilidade e a realização, entre a potência e o ato, há um longo caminho a percorrer. O equilíbrio, imunizador ou libertando a vontade da tirania das neuroses e psicoses e da opressão dos automatismos inconscientes, dá-lhe a possibilidade de chegar até onde Deus a chama, eliminando as barreiras que lhe poderiam barrar os passos. A afetividade oblativa e o sentido de elevação a impulsionarão espontaneamente no sentido da voz que a chama, porque a inteligência descobrirá na resposta a esta voz o objetivo mais adequado para encher e saciar essa afetividade e corresponder a este sentido de elevação.

O caminho, porém, que conduz a vontade até ao alto da montanha de onde a voz a chama não é totalmente desprovido de obstáculos e dificuldades. Pelo contrário. O equilíbrio fundamental suprime as barreiras intransponíveis mas não suprime tôdas as barreiras. Sempre fica uma série de obstáculos, pequenos ou grandes, com os quais a vontade se deparará em todo o seu percurso.

E para vencer todos êsses obstáculos, sem desanimar diante de nenhum dêles, até unir-se, enfim, no alto da montanha, ao Deus que a chama, a vontade tem que contar, evidentemente, — como de resto em tudo mais — com o auxílio constante e a fôrça onipotente da graça de eleição que a sustenta e dirige. Esta graça, porém, como em tudo mais, também aqui não costuma operar sôzinha. Exige um apoio natural, um aliado que resida dentro do castelo interior de cada um e de lá a ajude oferecendo uma base à sua ação.

Tal aliado normalmente indispensável é o último dos fatores psicológicos que nos propusemos apresentar como influente no desenrolar do processo vocacional. É a tenacidade, virtude natural que se enraíza no mundo psíquico de cada um e sem a qual nada de sólido e duradouro se pode fazer nesta vida. É a missão sacerdotal, mais que nenhuma outra aqui na terra, exige construções sólidas e duradouras.

É verdade que essa tenacidade também deve ser terna mas *dócil*. Tal *docilidade*, no entanto, não a nega nem destrói, mas simplesmente a aperfeiçoa.

II — FATORES SOCIOLÓGICOS

Com isto chegamos ao final desta primeira análise do tema que nos foi proposto : quais os fatores psicológicos que influenciam no aspecto humano da vocação. É tempo já de passarmos à segunda análise : a dos fatores sociológicos que exercem a mesma influência. Aliás não são, como veremos, dois temas estanques, nem mesmo duas análises independentes, embora do mesmo tema. Estão, pelo contrário, intimamente interligados.

Com efeito, êsses fatores psicológicos de que acabamos de falar não são "autóctones", não aparecem na alma por si mesmos por uma espécie de "geração espontânea". Eles são, no caso dos eleitos, antes de tudo, um *dom de Deus*. Dom que por si só é já um pré-sinal da eleição divina. Mas, uma vez mais, êste dom divino ordinariamente nos é concedido não diretamente mas através das causas segundas. E estas causas segundas que ordinariamente condicionam e determinam, se não a existência total, pelo menos o desenvolvimento normal dêsses fatores psicológicos, são precisamente os *fatores sociológicos*. Poder-se-iam reduzir a quatro : Hereditariedade — Ambiente — Educação — Situação econômica.

O primeiro — hereditariedade — resume, por assim dizer, e cristaliza os fatores sociológicos do *passado*. Pelo menos, de um certo passado : o passado da família em que nasce o escolhido do Senhor.

Os outros três são aspectos complementares das circunstâncias do *presente*. E, por isso mesmo, são muito mais decisivos, pois vão projetar uma influência viva sôbre uma nova vida.

1 — Hereditariedade

Não vamos trazer aqui tôda a acalorada discussão dos psicólogos sôbre o valor, a extensão e a profundidade da influência, em nossa vida, da vida dos nossos pais. Há — embora seu número seja cada vez mais reduzido — os que exageram essa influência até convertê-la em quase onipotente. E há, pelo contrário, — o seu número tende a crescer cada vez mais — os que a minimizam até quase negá-la de todo.

Deixando de lado o calor das discussões, vamos reter apenas, para o que nos importa, o que, quaisquer que sejam as teorias, a experiência parece ensinar com bastante evidência: de troncos sãos há, pelo menos, muito maior probabilidade de saírem vergôntes sãs do que de troncos doentes.

Uma vocação surgida no seio de uma família tradicionalmente equilibrada dá muito mais garantias de possuir o equilíbrio fundamental indispensável do que um candidato que se nos apresenta com uma árvore genealógica rica em desvios mentais e desequilíbrios profundos.

Pode ser, como afirmam os minimizadores da influência hereditária, que tudo dependa não do passado mas do presente, não da hereditariedade mas da educação, sobretudo da educação inconsciente dos primeiros anos. Educação cuja importância o mundo antigo ignorava quase por completo até que a psicologia profunda a viesse descobrir nos tempos modernos.

Contudo, ainda não se pode negar cientificamente e ao contrário — embora não haja mais dúvida de que a influência hereditária é muito menor do que se cria — ainda parece evidente que todos nós nascemos já com certas disposições não sômente físicas mas também, embora embrionariamente, psicológicas. Disposições que não nos podem ter vindo de um presente que não existia ainda. Só podem ser o legado de um passado que nossos pais nos transmitiram.

Pode ser que essa herança seja mais indireta que direta. Isto é, pode ser que o que nos legaram nossos pais não seja pròpriamente a disposição como tal mas apenas a robustez ou a debilidade orgânica que nos predispõem para o equilíbrio ou desequilíbrio psíquico. Mas, seja como fôr, o fato é que o alcoolismo, a sífilis, o desequilíbrio nervoso dos pais — para citar apenas três fatores conhecidos — muito freqüentemente deixam rastros inequívocos que marcam indelêvelmente a fisionomia psicológica dos seus descendentes.

2 — Ambiente

Mas muito mais importante do que a da hereditariedade é, por certo, a influência do meio ambiente em nossa vida íntima.

Ambiente múltiplo e variado, tanto em sua realidade (familiar, escolar, paroquial, social — associações, companheiros de trabalho e de vida, etc.) como em seus aspectos religioso e moral, psicológico (saúde mental daqueles com quem tratamos) e cultural (cultura, mentalidade) etc. Tudo o que vemos, tudo o que tocamos, tudo aquilo com que entramos em contato ao longo da vida, desde o seio materno até o último instante, exerce sobre nós uma ação que nos provoca uma reação. E tudo isso é influência.

Aqui, mais talvez do que em qualquer outro ponto deste estudo, seria preciso mais do que um artigo, mais do que um livro, toda uma biblioteca, para tentar esgotar, sem o conseguir, o conteúdo desse "veio" realmente inesgotável. Na impossibilidade de estender-nos, vamos fixar apenas alguns aspectos dessa influência múltipla do meio ambiente:

Quanto à extensão, vamos focalizar apenas, e muito por alto, a influência fundamental da família, lançando depois um rápido olhar às influências paralelas da escola, da paróquia, dos companheiros.

A influência da família é de todas a mais fundamental, por isso mesmo que é a primeira, a mais direta, a mais constante e a mais profunda. Pode-se dizer que é decisiva e insubstituível. Na primeira infância esta influência é totalmente inconsciente, mas nem por isso menos decisiva. Para encarecê-la devidamente seria preciso enumerar aqui tudo o que de importante e de grave descobriram a esse respeito os psicólogos modernos.

Nesse primeiro período, por isso mesmo que inconsciente, o objeto imediato da influência e o efeito direto do ambiente, mais do que à formação moral propriamente dita, se dirige à base psicológica fundamental. Dê-lo, desse período, mais do que de qualquer outra coisa, vai depender o equilíbrio psíquico e a tendência predominante (captativa ou oblativa, baixa ou elevada) da personalidade em formação.

E o fator básico que resume, por assim dizer, todo o ambiente dos primeiros anos é o *amor dos pais*. Da realidade e da qualidade deste amor (dedicado, constante, inteligente) vai depender muita coisa ou quase tudo no futuro dos filhos.

Ouçamos, uma vez mais a Biot-Calimard: *A maneira como uma criança é amada e compreendida nos primeiros anos de sua vida é, mais do que a hereditariedade, o elemento essencial que forma a personalidade. A ignorância ou a inadvertência de muitos pais a este respeito é uma das piores desgraças. Não existe meio mais infalível para preparar psiconevroses com todas as suas conseqüências sociais que o de descuidar a educação profunda dos filhos. E o primeiro fundamento da educação é o amor dos pais. A criança necessita do amor, como da comida, como da regularidade em seus atos, como da limpeza e da higiene. A expressão não é excessivamente forte: sua vitalidade o exige imperativamente como a respiração ou o movimento* (op. cit., pp. 98-99).

E esse amor, vital para o futuro dos filhos — esclarecem ainda os citados autores — não se confunde propriamente com as simples carícias. Elas são também necessárias mas não constituem o amor. E às vezes podem ser mesmo formas disfarçadas do egoísmo dos pais.

O amor verdadeiro a que aqui nos referimos se reconhecerá por três características básicas : ajuda, dedicação, compreensão. Faltando este amor autêntico, esta ajuda, esta dedicação e sobretudo esta compreensão, das duas uma : ou a criança não reage mas se reprega sobre si mesma, se fecha e se retrai — e este é o caminho ideal para o complexo de inferioridade, os recalques e uma legião de outras conseqüências desastrosas — ou ela reage violentamente, e vem a indisciplina, a revolta e mil outros transtornos.

Em qualquer das hipóteses se fixaram para sempre no fundo do psiquismo da criança os princípios geradores de um desequilíbrio. E, pelo que toca ao nosso tema, se comprometeu profundamente, e talvez definitivamente, uma possível destinação divina.

Na primeira infância é esse fator decisivo. À medida que a criança se vai desenvolvendo, outros se lhe vão ajuntando. Entre eles, o exemplo, confluência da mentalidade e do modo de agir dos que a rodeiam, principalmente daqueles com quem ela se sente afetivamente ligada.

A criança capta, por intuição, por ressonância espiritual espontânea, as vivências, a mentalidade, o modo de ser dos pais frente a Deus e à religião, ao mundo exterior e aos valores da vida. E, por um processo que já se chamou de "osmose espiritual", tudo aquilo se vai infiltrando, inconsciente mas decisivamente, em seu próprio mundo interior. Pais verdadeiramente cristãos — de um cristianismo profundo e autêntico, e não apenas de tradição e de fachada — pais que vivam verdadeiramente a mensagem do Evangelho e seu espírito — eis o fator mais importante para despertar na alma da criança um eco profundo cuja ressonância se possa identificar com o eco da voz divina que a chame a seu serviço. *Na educação — disse alguém com muito acerto — influi mais uma mãe cristã do que dez sacerdotes* (id., *ibid.*, p. 103).

E o que se disse do exemplo dos pais vale também, embora em menor proporção, das outras influências do meio : escola, paróquia, associações juvenis etc.

A família — afirma uma vez mais Biot — não é o único ambiente em que se aperfeiçoa ou se funde a personalidade. Os amigos, a escola, o trabalho, as sociedades juvenis que se frequenta atuam na formação tão insensivelmente, dia a dia, que não deixa lugar a dúvidas. Mais, no momento da prova, essas influências, sem dúvida alguma, afloram e dominam... A escola reveste uma influência toda especial, não precisamente por seu aparato exterior, mas pelo espírito que a domina : pelo valor de seus professores, por sua elevação intelectual e moral, e pelo nível espiritual dos companheiros (*ibid.*, pp. 104-105).

Sobre a influência da paróquia e em especial dos sacerdotes, basta citar este testemunho inequívoco da Sagrada Congregação dos Seminários, em sua carta ao Episcopado por ocasião do 3.º Centenário de São Vicente de Paulo : *É um fato inegável que as vocações florescem onde autênticos homens de Deus, compenetrados e enamorados das altíssimas coisas que tratam, fazem brilhar seu encanto virginal, o ideal que pre-*

gam, e, agindo como polos catalizadores, provocam as chamas do apêlo divino no coração de almas, generosas, sensíveis mais do que as palavras, ao exemplo da vida (Pe. Géza Kövecses, S.J., "Vocações Sacerdotais e Religiosas", pp. 20-21).

3 — Educação

Não é propriamente uma influência à parte, independente da influência do ambiente. É apenas uma especificação, uma forma especial dessa influência.

Os princípios de influência são exatamente os mesmos para o ambiente e a educação: em ambos os casos é o mundo exterior exercendo sobre o indivíduo uma ação que provoca nêle uma reação. A diferença está em que, no ambiente, essa ação é espontânea, natural, não intencional. Não se procura influir, ensinar, transmitir nada. Vive-se, pensa-se, age-se. Essa vivência, essa mentalidade, êsse exemplo *ensvam* sem o suspeitarmos.

Na educação, pelo contrário, essa influência é provocada, reflexa, intencional. Quer-se ensinar, influir, orientar. E, para isso, se utilizam não somente os instrumentos esporádicos que a vida oferece, mas a ação dirigida, racional, sistematizada da inteligência e da vontade. Daí a eficácia especial dêsse ensino quando os instrumentos de "transmissão" são de fato utilizados racional e fundamentalmente.

A influência *integral*, porém, só se verifica quando os dois *ensinos* — o espontâneo e o intencional — quando o ambiente e a educação, o exemplo e a palavra agem coerentemente no mesmo sentido. Do contrário, uma destrói a outra.

4 — Situação econômica

Tem também sua influência tanto no desenvolvimento da reta intenção como no da idoneidade.

a) No desenvolvimento da reta intenção

— *Abundância* econômica dificulta a reta intenção. Abrindo maiores perspectivas materiais, fêcilmente prende o coração à terra, às situações e aos prazeres que o dinheiro poderá comprar.

— *Carência* excessiva prejudica a pureza de intenção em sentido contrário. O indivíduo excessivamente "carente" poderá ver na vocação mais uma "carreira" do que uma "vida" e, por conseguinte, procurá-la mais por um processo de "fuga" da sua situação difícil do que por um verdadeiro *êlan* vital. Tenho a experiência.

b) No desenvolvimento da idoneidade

O *bem-estar* econômico de si favorece, possibilitando maiores meios de formação embora, acidentalmente, a possa também prejudicar, facilitando a “compra” do vício que gera o desequilíbrio.

A *carência* excessiva a prejudica quase sempre não somente dificultando a educação mas também gerando complexos de inferioridade e timidez que impossibilitam o amplo desenvolvimento da personalidade.

Por conseguinte, sob este ponto de vista :

- o meio mais propício é a classe média;
- as vocações de meios econômicos abundantes exigem uma maior generosidade e, por isso mesmo, são mais difíceis. Mas, quando cristalizam, costumam ser, por este mesmo motivo, qualitativamente superiores.

Conclusão

A vocação é uma obra divina mas, ao menos ordinariamente, não exclusivamente divina : para fazer uma vocação chegar à sua madureza, Deus, via de regra, exige também a colaboração humana, sem a qual os planos divinos sobre uma alma escolhida poderão ser completamente transtornados.

Tal colaboração é múltipla e infinitamente delicada mas se poderia resumir em duas necessidades :

1) Necessidade de *prevenir* a influência desses fatores, procurando, no que estiver ao nosso alcance, criar ambientes favoráveis. Neste sentido, o ambiente fundamental é a família e, por conseguinte, o cultivo da vocação para ser integralmente eficaz tem que começar pela autêntica formação humana e cristã dos pais. Seguem-se o ambiente escolar, paroquial, social imediato. Dar às nossas escolas, às nossas paróquias e suas associações religiosas, formativas e recreativas, uma vida intensa e profundamente cristã, fazendo-as respirar a mentalidade do Evangelho e viver os seus ensinamentos — eis o melhor e mais seguro meio de assegurar uma verdadeira floração de vocações.

2) Necessidade de *intensificar* a influência positiva dos fatores favoráveis e *corrigir*, na medida do possível, a influência negativa dos fatores adversos, por meio de uma educação consciente e inteligente. Consciente do seu papel e da sua missão... e racionalmente dosada, ministrada, orientada para a finalidade que essa missão tem em vista. Trata-se, no nosso caso, de um verdadeiro cultivo dessa semente preciosa que Deus paternalmente lançou no coração de seus escolhidos, mas cuja germinação, cuja eclosão, cujo crescimento, desenvolvimento e robustez adulta vão depender em grande parte da consciência, da inteligência e sobretudo do infinito amor com que nós a cuidamos em sua natural evolução.

Neste sentido — o do cultivo da vocação — o método mais sistemático, mais completo e mais profundo que conhecemos é o preconizado e adotado já com surpreendentes resultados pelo Pe. Salvador Bortoni, jesuíta mexicano, atualmente a serviço no Brasil.

Terminamos pedindo a Deus que nos ilumine para tomarmos consciência da nossa responsabilidade nesta obra transcendente. Obra que é sua mas é nossa também. E nos guie e sustente no desempenho da nossa missão para que possamos ter, num futuro mais ou menos próximo, nesta terra de Santa Cruz, que Ele nos confiou, uma Igreja pujante e robusta, pela pujança e robustez de suas vocações — vocações em cuja germinação, em cuja eclosão, em cujo desenvolvimento, em cuja fixação, tenhamos prestado, com tôda a alma e infinito amor, a nossa modesta mas necessária colaboração.

UMA ADENDA AO "GRAAL"

No último número de nossa Revista, sob a epigrafe "Note e Anote", publicamos um memorando sôbre o GRAAL (movimento internacional de mulheres empenhadas no apostolado da Igreja), ao fim do qual se seguia uma lista dos principais endereços onde o mesmo está funcionando (vid. p. 379). Por um lapso, de que só tarde tomamos conhecimento, o elenco dos endereços foi grandemente sacrificado. Pedindo desculpa, completamos agora o dito elenco:

Escócia: 205 Ferry Road, Edinburgh 6 (Tél. I, EI th 4666). — *Egito:* c/o Tagher, 10 Sharia Neghib, El Rihani, Cairo (Tél. 804341). — *Estados Unidos:* Grailville, Loveland, Ohio (Tél. 683.2340). — *Ghana:* Box 97, Kpandu. — *Indonésia:* Djalan Pemuda 132, Semarang. — *Itália:* Via Giovanni Pantaleo II, Roma 0855 (Tél. 500.005). — *Japão:* I-1 n.º 10 Komagome Nishikata-machi, Bunkyo-ku, Tóquio. — *Malásia:* 443 B River Valley Road, Singapura 10 (Tél. 32661). — *Países Baixos:* "De Tiltenberg", Zilkerweg 38, Vogelenzang (N.H.) (Tél. 02520-7044). — *Portugal:* Av. Dr. Dias da Silva, 173-2.º, Coimbra. — *Suriname:* v. Rosevelt-kade 15, Paramaribo.

A Diretora no Pensionato

Apóstola e Consagrada

CÔNEGO MATAGRIN
Vigário-Geral de Lião

Esta conferência foi proferida nas "Journées Régionales de Paris". Assinale-se que é de grande interesse, não só para as religiosas que se ocupam de pensionatos (e por que não dizer internatos de qualquer espécie?), mas também para tôdas aquelas que, mantendo contatos com a juventude, precisam conhecer-lhe a psicologia.

TAL como se apresenta, a questão evoca duas séries de problemas. Trata-se, primeiramente, da diretora no pensionato, e o problema consiste em saber se ela pode preencher um verdadeiro apostolado e em que condições. A segunda relaciona-se com a consagração religiosa: é obstáculo ou meio de apostolado?

A primeira série afeta também as diretoras leigas, desejosas de viver uma vida apostólica. A segunda é comum às religiosas diretoras e às religiosas assistentes sociais, professoras e enfermeiras.

Consideremos primeiro as dificuldades; depois, as condições de um verdadeiro apostolado, colocando-nos, em cada parte, do ponto de vista da diretora e do da religiosa.

OBSTÁCULOS A SUPERAR

Vamos insistir um pouco nas dificuldades. Vê-las bem é pôr-se em estado de as superar. Elas provêm: 1) da situação de diretora perante pensionistas; 2) da situação de adulto perante jovens; 3) da situação de religiosa perante leigos; 4) do próprio exercício de uma função de diretora por uma religiosa.

Quatro espécies de dificuldades vão pois se apresentar alternativamente, fazendo mesmo surgir uma dúvida : — Será realmente possível exercer um apostolado autêntico, através de trabalho tão delicado ?

Diretoras e pensionistas

O encargo de diretora se exprime por um conjunto de tarefas preciosas, de realização muito delicada.

1. *O bem comum.* — A diretora do pensionato encarrega-se do bem comum, e isto pressupõe determinado número de preocupações : um horário que deve fazer respeitar, um regulamento que deve fazer observar, uma disciplina a manter, locais a proteger, etc.

Eis aí, já evocadas, múltiplas situações que poderão provocar conflitos entre a diretora e as moças, tomadas coletivamente, em grupos ou individualmente. Essas dificuldades se tornam mais agudas por certos fatores. No pensionato vivem moças que ali vieram por vontade ou imposição dos pais. Só pensam em independência, e independência significando um “quarto no hotel, na cidade”. Colocam em linha de oposição a cidade e o pensionato e têm a impressão de estar afastadas do mundo.

Para essas moças o que é a diretora ? Será certamente a adversária, da qual se esforçarão por fugir através de meios que jovens, com grande facilidade, sabem imaginar. Dizem que, para se subtraírem ao controle, as moças têm mais imaginação que os rapazes. Falam de uma astúcia própria da psicologia feminina, que é muito mais inventiva que a psicologia masculina.

Quanto às que quiseram ou aceitaram a vida no pensionato, perderam as dificuldades. E a principal, para as jovens, é a de se curvarem a uma disciplina coletiva. Quando pertencem a uma família particularmente autoritária não se ressentem tanto. Sua vinda para o pensionato será considerada como uma libertação. Mas, mesmo nesse caso, podem surgir dificuldades.

A autoridade da diretora não é da mesma espécie e da mesma natureza que a dos pais. Certas interferências que seriam aceitas ou toleradas por parte da mãe não o são por parte da diretora. De outro lado, sendo pouco numerosos os membros de uma família, o regulamento pode ser flexível e os horários podem ser organizados em consideração de cada um, enquanto que num pensionato o número exige uma disciplina mais estrita, e a diretora será sempre a intérprete dessa disciplina.

2. *Responsabilidade moral.* — Outra dificuldade : a diretora considera, e com razão, que tem uma responsabilidade moral para com as moças que lhe são confiadas. O cumprimento dessa missão cria casos de consciência bastante complexos. Muitas vezes a diretora pergunta a si mesma se deve ou não intervir, quando tem a impressão de que alguma coisa não vai bem, do ponto de vista espiritual, moral ou físico. Mas é

preciso tomar em conta a mentalidade de uma grande proporção das moças. Para elas o pensionato é uma hospedaria, e o que se pede a um hospedeiro é o pouso e a comida e mais nada. Consideram a vida privada como uma coisa pessoal; e quando a diretora julga seu dever fazer uma pergunta, elas se introvertem. Escutam mais ou menos polidamente, mas, no fundo, fugirão ao diálogo. Aceitam por vezes uma palavra da mãe, mas nem sempre a aceitarão da diretora.

Dêsse duplo ponto de vista — o do bem comum, que deve ser mantido e promovido, e o da responsabilidade moral assumida perante cada uma dessas moças — qualquer diretora se acha, durante anos, diante de problemas muito delicados.

Adultos e jovens

É a segunda série de dificuldades. Se se tratasse de pensionatos de anciãos, seria outra coisa. Mas trata-se de pensionatos de moças que saem da adolescência e atravessam o período delicado, instável, em que caminham para a maturidade.

1. *O peso das estruturas.* — Reencontramos, neste ponto, as dificuldades clássicas entre os adultos e os jovens. O adulto acredita na necessidade das estruturas, na organização, na administração. Convém que os papéis sejam feitos como devem, preenchidos com as assinaturas nos devidos lugares. O Estado, aliás, freqüentemente se encarrega de nos lembrar essa necessidade de estarmos em regra com os múltiplos aspectos da administração. O adulto acredita no regulamento, nas convenções, nas conveniências, senão nas procedências.

Quanto aos jovens, esse mundo de estrutura lhe aparece como um peso, uma coisa que vem aliená-los, para empregar um termo da filosofia contemporânea. Os jovens opõem o desabrochar das pessoas ao respeito das estruturas. Quase não possuem o sentimento da realidade administrativa. Denunciam como hipocrisia as convenções; preocupam-se em dizer a verdade e o que pensam. Estão mais preocupados, de modo geral, com a afirmação dos direitos do que com a aceitação dos deveres. As diretoras são as intérpretes das estruturas e a juventude se julga profeta dos direitos ou das necessidades das pessoas.

2. *A autoridade.* — Outra dificuldade: o adulto exerce responsabilidades. Quando é diretora, quando assume responsabilidades, procura manter a própria autoridade. As moças contestam muito facilmente essa autoridade. Primeiro, a imensa maioria dos jovens, no momento atual, não reconhece a autoridade como tal. Os jovens se inclinam diante de uma pessoa competente e aceitam a autoridade, na medida em que é exercida por uma competência. Mas, a autoridade do ponto de vista formal não é aceita. Ora, de um modo geral, nós, os adultos, fazemos muita questão das formas e, às vezes, manifestaríamos de bom grado a autoridade por si mesma.

Entre os jovens aparecem aquêles que aspiram a assumir responsabilidades. Isto também não é mau. Deus fêz o homem à sua imagem de Criador, e isso se traduz pela liberdade, pela responsabilidade e pela possibilidade de tomar iniciativas. No plano teórico estamos todos de acôrdo.

Mas basta que se tenha exercido alguma responsabilidade para saber que êles surgem freqüentemente com projetos que "transtornam" todo o regulamento da casa. Em todos os internatos encontramos a mesma dificuldade. Jovens imbuídas pela idéia de que poderiam participar, em parte, da organização da casa. Bem depressa nós as rotulamos de revolucionárias, pois, normalmente, quando se possui a autoridade, deve-se ter em mãos as rédeas.

Há outra categoria de jovens: a das que só desejam que os adultos façam tudo e que as libertem de qualquer responsabilidade. E temos, muitas vêzes, a tentação de dar entrada ao rebanho passivo contra as que provocam o mau espírito, querendo participar da administração da casa!

3. *O sentido do possível.* — Mais esta dificuldade: o adulto se põe em frente das realidades objetivas e procura submeter-se às mesmas. Age de acôrdo com o razoável; há coisas que seriam desejáveis, mas não são possíveis, por questões financeiras ou questões de adaptação. O adulto tem o sentido do possível, sobretudo aquêle que exerce o poder. É obrigado a aceitar compromissos; é preciso contemporizar, ganhar tempo.

O jovem, pelo contrário, refere-se primeiramente ao ideal que fabricou para si mesmo; e, em nome do ideal, em nome do que seria desejável, recusa a realidade e denuncia o sentido do possível como conformismo. Denuncia o realismo dos adultos como uma traição de valores. E fala dos "desmoronantes", daqueles que aceitam o mundo imperfeito e já não têm a fôrça de reagir.

4. *A experiência.* — O adulto, enfim, apóia-se na experiência, fonte, muitas vêzes, de resignação: "Não se pode agir de outro modo... Há muito que procuramos mudar, mas as pessoas são o que são... A partir de certa idade, não se muda mais... Já não temos bastante dinheiro para fazer o que desejaríamos!" etc. Fonte, às vêzes, de ceticismo ou de pessimismo: "Já se experimentaram tantas reformas!"

Ora, aos olhos dos jovens, "a experiência é a expressão de que se servem as pessoas idosas para dissimular a decrepitude". Eles não aceitam uma referência à experiência. Apelar para a experiência, procurando convencer os moços, é condenar-se ao insucesso. Por definição, a experiência é a que se adquire para si mesmo e não para os outros. Os jovens acreditam espontaneamente na vida, no progresso possível. De modo geral, são muito mais entusiastas do que se pensa, e daí surge êsse conflito entre o seu entusiasmo, idealismo, sentido do absoluto e tudo o que nos deu a nossa experiência.

Eis lembradas algumas dificuldades clássicas entre os adultos e os jovens que é necessário ter constantemente diante dos olhos. Con-

vém dialogar, convém escutar, convém caminhar a passo e não nos por-mos, nós adultos, sempre no plano de adultos que têm visões largas e des-cortinam as estruturas nos lugares em que devem ser colocadas, mas esquecem o necessário e lento caminhar das tomadas de consciência pelos jovens.

Religiosas e leigos

É a terceira série de dificuldades. As coisas se complicam, cada vez que é uma religiosa que se acha em frente de leigos.

Uma religiosa é designada como diretora. É deputada por sua ordem ou comunidade para uma tarefa apostólica. Trata-se, com efeito, de uma tarefa apostólica. Mesmo se o ponto de aplicação for uma obra de misericórdia temporal, o objetivo final é sempre apostólico.

Ora, vimos que as próprias condições de exercício da função de diretora diante de pensionista, de adultos perante jovens, tornam o apostolado difícil.

Essas dificuldades parecem provir ainda, de um lado, da diferença entre o estado de vida das môças, que são leigas, e o estado de vida da religiosa; de outro lado, da oposição entre o mundo atual e o ideal da vida religiosa.

1. *O estado de vida religiosa.* — Diferença de estado de vida, antes de mais nada. O sentido da vida religiosa é de proclamar a transcendência de Deus: *solus Deus, soli Deo* — Deus só é tudo, e todo o resto nada é; isto é o voto de pobreza. Deus é amor, e o coração humano só n'Ele descansa definitivamente: é o voto de castidade. O amor não pode deixar de ser amado e não há maior liberdade do que a de ser escravo do amor: é o voto de obediência.

Mergulhadas num mundo que passa, as religiosas proclamam que esse mundo passará: o Céu e a terra passarão; este mundo é caduco. Mergulhadas num mundo que está cheio de valores — o trabalho, a arte, a cultura, o amor, a maternidade — as religiosas proclamam que Deus é o Valor. É o Criador infinitamente superior a todos êsses dons em que o olhar humano percebe apenas o reflexo do seu esplendor. Mergulhadas num mundo onde o homem recebeu a liberdade como um presente régio, as religiosas renunciam ao exercício da liberdade, no plano da civilização, e se dão inteiramente ao Senhor, pelo voto de obediência em que acham a verdadeira liberdade que é a liberdade espiritual.

Ora, em cada um desses pontos, é preciso sempre que tenhamos disso consciência, pois há aí certa contradição com o estado de vida leigo.

2. *O estado de vida leigo.* — O estado de vida leigo é diferente. O leigo é aquêl que permanece no mundo. Os leigos ficam no século para aí levar, como cristãos, a vida profana. E seu estado de vida leigo

se define precisamente pelo pertencer ao mundo, pelas tarefas profanas, pelas tarefas humanas. Devem realizar, neste mundo, a obra de Deus, tanto quanto ela deve ser feita pela obra do mundo e na obra do mundo.

Se a vida religiosa arrasta consigo a renúncia ao mundo, a vida leiga pressupõe o trabalho, e o trabalho deveria ser uma participação na criação e um meio de acesso à propriedade. A propriedade é um elo estável e permanente com o mundo, aquêlê mundo a que as religiosas renunciaram pelo voto de pobreza.

Se a vida religiosa acarreta a renúncia ao amor conjugal, a vida leiga geralmente o busca. Se a vida religiosa acarreta a obediência, o leigo é o homem que vai gozar, no mundo, da liberdade dos filhos de Deus no plano da civilização. Vai poder escolher, orientar-se, desenvolver-se em função de sua vocação. Haverá no mundo uma infinidade de opções, de escolhas, que vão ser deixadas à liberdade do leigo, conforme o seu temperamento, a sua vocação; isso vai mesmo influir na escolha de uma espiritualidade que não será obrigatoriamente a da Ordem.

3. *Um equívoco.* — Do lado da religiosa, há o risco de transpor para leigos uma espiritualidade de religiosas. Não se deve projetar, em moças leigas, a espiritualidade que é nossa. Há aí uma tentação, e as moças lhe são extremamente sensíveis, se possuem a fé. Se não têm fé o problema passa para outro nível.

Do lado das moças, há o perigo de confundir a vida religiosa, em si, com o estado de vida religioso ou com a espiritualidade das religiosas. Levarão tempo para descobrir que a sua maneira própria, como leigas, de serem religiosas não é a mesma que a maneira de ser religiosa, para uma religiosa que fez profissão. Há nisso um equívoco mais freqüente do que se imagina; e sempre se encontram moças em reação contra o cristianismo, porque pensam que o cristianismo para elas seria adotar o modo de vida da "religiosa" ou a espiritualidade religiosa.

Mundo moderno e vida religiosa

Esta oposição se torna ainda ampliada pela situação da religiosa ou do estado de vida religioso, no mundo atual. Basta salientar três tendências profundas do mundo atual, para ver surgir essa contradição.

Contradição entre uma civilização materialista, não um materialismo ideológico, mas um materialismo prático. Tendo sido dado acesso a certo conforto, as pessoas se contentam com um apartamento, com aparelhos domésticos, carros... Nisso se acha uma profunda impregnação de materialismo no mundo atual, mesmo para quem faz profissão de fé espiritualista.

Contradição entre uma civilização, em que a atmosfera é afrodísiaca, com o culto da mulher como estrêla, como ídolo, como instru-

mento de prazer, com o desenfreamento dos instintos, a liberdade sexual e a castidade. Num mundo como êsse, a castidade é como um sol de meio-dia, que não pode iluminar porque cega demais.

Enfim, contradição entre a obediência e um frenesi de liberdade, de ver o que agrada, ler o que agrada, fazer o que agrada.

Com maior razão, em nosso meio, dadas as tendências de que falamos, há contradição entre o estado de vida religioso e o que podem sentir as môças.

1. *Pobreza*. — A diretora religiosa deve ser sinal de pobreza, mas o pensionato deve funcionar. Há mensalidades a receber, estragos a reparar, contas a pagar, economias que devem ser feitas.

O pensionato vai surgir como um organismo dirigido com parcimônia. Importa que a superiora seja econômica, e, para as môças, a economia é contraditória com a espontaneidade, a largueza, a generosidade, a abundância.

O pensionato aparecerá ainda como fonte de rendas; as religiosas que nêle vivem, como pessoas que levam vida confortável, ao abrigo de necessidades materiais. As môças perguntarão a si mesmas, talvez, o que significa êsse voto de pobreza.

2. *Obediência*. — A religiosa deve obedecer e deve fazer-se obedecer, se fôr diretora. É extremamente difícil dar um sentido verdadeiro da obediência às môças com as quais se achar em contato.

Grande número de tentações se apresentam. Pode-se fazer a caricatura de uma obediência servil, à risca. Toca a campainha, e imediatamente a confidência emudece: "tenho que ir-me embora". A religiosa pode igualmente dar a impressão de agüentar uma carga: "ainda a campainha!" Pode, pelo contrário, deixar supor que a regra é coisa acessória, sendo fácil descobrir uma infinidade de motivos para legitimar sua ausência nos exercícios de comunidade. Há sempre alguma coisa a fazer.

Para se fazer obedecer, a diretora terá de refletir profundamente nos fundamentos de sua autoridade, no bem da comunidade e na obediência religiosa.

Essas duas espécies de obediência são diferentes. A obediência de uma môça ao regulamento da casa não é da mesma ordem que a religiosa à regra de sua comunidade. Para as môças, a obediência consiste em aceitar uma disciplina fundada no bem comum. As razões devem ser dadas em consideração a êle, e não às motivações religiosas que, livremente, poderão ser aceitas, mas que não nos compete impor.

II — AS CONDIÇÕES DE UM TESTEMUNHO APOSTÓLICO

Nesta segunda parte esboçaremos algumas condições que permitirão triunfar dessas dificuldades, para exercer, de modo verdadeiramente apostólico, a tarefa de diretora de pensionato.

Faremos reflexões em torno de três tópicos : 1) verdadeiro conceito do papel de diretora; 2) maneira de ser religiosa; 3) limites.

Conceito do papel de diretora

É inútil querer dar um testemunho apostólico, fora do cumprimento leal do dever de estado de diretora. Nenhum zêlo apostólico pode suprir uma incompetência ou graves negligências na gestão da casa. Sem competência técnica, não se fará apostolado. As refeições devem ser servidas à hora marcada e ser de boa qualidade; a casa deve ser limpa e bem tratada. Isso é de justiça, e a ela a jovem é particularmente sensível.

O pensionato não é simplesmente um hotel, mesmo que assim o considere a mentalidade de certo número de pensionistas. Aliás, muitas assim consideram até a própria família, o que já foi confirmado por um inquérito recente. O pensionato deve possuir espírito de família, e a boa marcha do que se refere ao material nada seria se nêle não reinasse um determinado clima, um ambiente de confiança, de compreensão, de liberdade, de alegria. A criação e a manutenção dessa atmosfera exigem competência, diferente da competência administrativa ou organizadora. Exige uma autoridade firme e compreensiva ao mesmo tempo, arte, tato, confiança. A diretora de um pensionato deve ser educadora. É bem diferente a casa considerada como um hotel, que deve ir para a frente, e a casa considerada como uma comunidade que se deve animar. O bem comum não consta apenas de elementos materiais, mas dos elementos espirituais, de que a responsável deve ter a preocupação.

A diretora tem a missão de definir e de promover o bem comum do pensionato. Os componentes do bem comum são diferentes, conforme a natureza da comunidade. O da família, o de uma empresa, o da nação, o da Igreja, são diferentes entre si. No nosso caso, é necessário atender-se à natureza do pensionato, para saber quais são os elementos do bem comum. Nêle está o fundamento da autoridade e, ao mesmo tempo, os seus limites. Pode-se exigir tudo o que é pedido pelo bem comum, mas deve-se limitar ao que é pedido pelo bem comum. A autoridade irá mais longe em suas exigências, conforme a natureza e o valor do bem do grupo de que está encarregada. O pensionato não é uma comunidade primária, como a família; é uma comunidade secundária. As duas células básicas da sociedade são a família e o Estado, e não o pensionato. Essa comunidade secundária tem objetivo limitado. A própria família deve estar vigilante para não ficar voltada para si mesma, em uma comunidade fechada, totalitária. Procurará permitir às crianças e jovens desabrochar, progressivamente, para os diversos grupos de que podem participar, por necessidade ou por escolha. Também o pensionato tem de estar atento para não se erigir em comunidade totalitária. Parece-nos interessante esta definição de pensionato : *é um estabelecimento onde as moças, afastadas da família, acham a segurança da vida*

material e um apoio para resolverem suas dificuldades espirituais. Acentua os dois elementos : hospedagem e apoio. Eis os dois objetivos, os dois componentes do bem comum, o fundamento da autoridade da diretora, e também o dos seus limites.

Seria preciso poder, partindo de situações precisas, refletir na extensão e nos limites da autoridade da diretora de pensionato. A consideração de certos fatos prepara as decisões importantes que deverão ser tomadas.

As pensionistas são de tipos diferentes : algumas têm sede de responsabilidade e, se não a possuem, contestam a autoridade. Outras só querem ficar passivas e receber. É necessário buscar o melhor meio de permitir, a umas e outras, se realizarem : às primeiras, ultrapassar o estado de crise, de crítica, de negação, e às outras, o abandono da letargia e da passividade. O melhor meio para atingir tais objetivos será esforçar-se por confiar o maior número possível de responsabilidades ao maior número possível de jovens. É difícil, mas não impossível. Várias são as experiências feitas nesse sentido. Se acreditamos realmente na pessoa, criada à imagem de Deus, livre e responsável, se nos elevamos um pouco mais do que o nosso ponto de vista, conseguiremos realizar êsse ideal. No mundo atual cresce o valor das técnicas. Estamos persuadidos de que o único meio de salvar a pessoa é multiplicar os seres responsáveis que poderão contrabalançar, por um pêso de consciência e liberdade, o pêso dessas técnicas.

De modo geral o bem comum tem mais oportunidade de ser observado se, além do chefe, detentor da maior autoridade, houver um maior número de responsáveis. O mesmo vale para as famílias, onde os filhos vão participando dos encargos do grupo.

Outro ponto importante é a educação do sentido da comunidade, pelo despertar da participação nas responsabilidades. Se, na hora atual, nos achamos diante de uma grave crise da democracia, e se a democracia se funda especialmente em pessoas responsáveis, se nos achamos diante de uma grave crise de civismo, não seria por que, na família, nos colégios, nos internatos, nas comunidades não se dá bastante atenção à educação do sentido de comunidade ? Se, na adolescência, a pessoa não recebe essa formação, dificilmente a conseguirá mais tarde.

Abertura e reserva. — A diretora assume uma responsabilidade moral perante os pais. O exercício desta responsabilidade desperta questões complexas e delicadas.

Certas môças não aceitam o internato, e grande proporção, entre elas, recusa o meio dos adultos. Parece-nos que a grande lei, nessa matéria, será o máximo de liberdade das almas. Como ponto de partida, é necessária uma atitude de abertura e de reserva, e isso não é contraditório. “Abertura e reserva” — tôdas sintam que podem dirigir-se à diretora religiosa; tôdas sabem também que não são obrigadas a isso, e que não serão mal vistas se não o fizerem. “Abertura e reserva” —

acolhimento daquelas que se dirigem a nós, acolhimento das que sofrem, acolhimento mais delicado ainda das que se fecham.

Evitemos dar a impressão de que procuramos retê-las. A diretora acolherá as confidências, mais ainda do que as provocará. O essencial é que as moças se sintam confiantes, sintam que nos interessamos por sua vida. Talvez um dia elas falem do que fazem, dos trabalhos, dos lazeres, dos encontros... Um dia talvez falem do que são; abrirem-se-ão mais a respeito de suas pesquisas morais e problemas espirituais.

Assim, partindo das atividades, passando às vezes pelos encontros, depois por problemas mais pessoais, chegar-se-á a uma troca em nível mais profundo. Devemos considerar que, nessas passagens para níveis mais profundos, convém deixar a iniciativa à moça e não lhe dar a impressão de querer levá-la a um plano a que não deseja chegar. Nisso a grande regra é o acolhimento e, ainda, o senso do tempo, o senso da espera. Se uma presença acolhedora, discreta, disponível, se manifestou durante longos meses ou até anos, elas se lembrarão mais tarde. Trabalhamos, em educação, numa escala de longa duração. A eficácia da educação depende de um longo período, e a eficácia verdadeira, em geral, não a vemos.

Insistimos muito a êsse respeito, na atitude de acolhimento e abertura, de disponibilidade e reserva, especialmente no plano religioso. Temos, sem dúvida, nos nossos pensionatos, moças que não possuem fé ou que andam em busca da fé.

Quanto mais as jovens se sentirem compreendidas, quanto mais se sentirem amadas tais como são, com suas dificuldades, seus problemas, sabendo que não são julgadas, que não são condenadas, mas são compreendidas, tanto mais esperança haverá de que se abram algum dia. Mas pode acontecer que nunca se abram a nós, mas a outras pessoas.

Maneira de ser religiosa

Falamos da situação delicada da religiosa perante leigos. O melhor modo de resolver essa situação será o testemunho de que a vida religiosa é fonte de alegria e liberdade.

De bom grado transpomos para nosso caso as palavras de Nietzsche: *Seria necessário que elas me cantassem melhores cânticos, para que eu aprendesse a crer no seu Salvador.*

Se damos a impressão de viver sob um fardo, se ruminamos negrumes, ou se passamos nosso tempo em críticas, nunca daremos o testemunho de que a vida religiosa é uma libertação.

Desimpedida das preocupações materiais, desprendida de si, livre de preocupações sentimentais, o coração a transbordar do único Amor, acolhedora para todas, começando pelas mais pobres, pelas que menos agradam, entregue inteiramente à vontade do Mestre, será impossível não aparecer como habitada por uma alegria interior e profunda. Todos sabem que irradiamos muito mais pelo que somos, do que pelas palavras ou pelas ações.

1. *Respeito à vontade dos leigos.* — Outra condição para o bom resultado do trabalho da diretora será compreender a vocação leiga das jovens, a fim de ajudá-las em suas inúmeras dificuldades. Algumas ainda não descobriram que a fé lhes interessa e que tudo interessa à fé. É grande o número das que são apenas boas moças. Não têm preocupações metafísicas ou religiosas, amam a vida, gostam do mundo. Devemos persuadir-nos de que, para elas, o principal centro de interesse é a vida profana, é o próprio trabalho, ou o modo de obter melhores condições de vida. O próprio futuro, a amizade, o amor, a vida, as relações, os encontros com as outras, tudo isso as leva a se prenderem ao que é simplesmente humano. Devemos saber dialogar com elas e ajudá-las a descobrir, porque nós mesmos já o descobrimos, todo o aspecto positivo do mundo.

2. *Sentido do humano.* — É possível que grande número de nossos contemporâneos não tenham a sorte de descobrir a realidade do mundo sobrenatural, se em seu caminho não descobriram cristãos, padres, religiosos ou leigos que tenham manifestado um aprêço sincero aos únicos valores em que podem crer, os valores humanos.

Isso é um problema para as religiosas que deverão dar testemunho de uma fidelidade também ao humano. Elas não serão imediatamente um sinal da verdade do Evangelho, mas sinal da autenticidade humana. E é preciso que os que só crêem na terra descubram cristãos que acreditem na terra, para que possam descobrir que a terra e o homem são feitos para Deus. Isso é muito importante. Devemos ser capazes de dialogar com essas moças sobre aquilo que lhes interessa. Aliás, elas têm o bom gosto de pensar que o mundo está cheio de coisas boas, mesmo sem terem lido o primeiro capítulo da Bíblia, que no-lo confirma.

Para isso, é preciso que tenhamos uma sã teologia das realidades terrestres e que tenhamos ultrapassado certas formas de espiritualidade em que o *terrena despiciere* é traduzido por *desprezar as coisas terrestres*, enquanto que seu verdadeiro sentido é o de colocá-las em seu verdadeiro lugar, na justa hierarquia dos valores. Deus é o supremo valor; mas tudo em relação a Ele tem também seu valor.

3. *Uma espiritualidade de leigos.* — Há, felizmente, aquelas que melhor compreenderam o próprio cristianismo e que sentem talvez a chamado à santidade. Devemos estar bem persuadidos que uma espiritualidade leiga é diferente de uma espiritualidade de religiosa. Os lugares espirituais, se assim se pode exprimir, do leigo e da religiosa, não são os mesmos. Se a religiosa é mais sensível a certos trechos do Evangelho, o leigo é mais sensível a outros. A religiosa há de reter: *se queres ser perfeito, vai, vende todos os teus bens*; o leigo retém: *Dominaí o mundo*. A religiosa retém: *se tal é a condição do homem com a mulher, é melhor não se casar*; o leigo retém: *sêde fecundos*. A religiosa retém ainda: *obediência até a morte*; o leigo: *podes comer de*

tôdas as árvores do pomar, exceto da árvore do bem e do mal. Fica uma grande possibilidade de escolha.

Esta é uma espiritualidade leiga, que vai ser a transfiguração do trabalho, das relações, do amor, do engajamento no mundo, e que é diversa de uma espiritualidade religiosa.

4. *Uma vocação apostólica do leigo.* — Finalmente, existem aquelas que descobrem a vocação apostólica. Somos forçados a ver que para muitas delas e precisamente na vida profana que devem descobrir a sua vocação apostólica especial.

O primeiro testemunho que devem dar é através da vida cotidiana; e a primeira forma de vida apostólica que devem descobrir é a utilização da vida profana, dos contatos no trabalho, nos lazeres, os contatos cotidianos entre si e em tôda a parte. Aqui atingimos a intuição fundamental da Ação Católica, especializada, o apostolado na vida cotidiana, com o semelhante, o apostolado do jovem pelo jovem, no próprio meio.

Quantas vêzes temos de fazer um ato de humildade! Penso, por exemplo, num jecista. Havia cinco anos que eu era seu capelão. Voltando um dia de um passeio, disse-me: *descobri uma coisa formidável. Descobri que a Ação Católica é coisa que se faz através da vida, e não em reuniões.* Respondi: *Há cinco anos que o digo.* A luz se tinha feito pelos companheiros, e não por mim.

Temos pois que respeitar-lhes o próprio valor e não escolher no lugar dêles, ou de servir-nos dêles em benefício de nossas obras, mesmo legítimas. Devemos respeitar o laicato querido pela Igreja, para assumir na Igreja uma tarefa de evangelização.

Acceptação de seus limites

O pensionato tem missão importante. No momento em que pessoas se procuram, ou em que jovens vão atingir a vida adulta, o pensionato faz, de certo modo, as vêzes da família. Não é porém a família, como já ficou dito; e a autoridade da diretora não é da mesma natureza da dos pais.

O pensionato é uma instituição da Igreja. Graças a êle, algumas môças vão entrar em contato com almas consagradas. E, individualmente ou em comunidade, essas consagradas poderão ser sinais da Igreja. Mas têm missão transitória. Um dia verão saírem as môças que acolhem. Pelo casamento ou pelo celibato no mundo, essas jovens deverão situar-se como adultas perante a família que vão fundar, perante o trabalho, a cidade, a Igreja. É importantíssimo para a diretora o verdadeiro sentido de personalidade humana. Que não vejam diante de si indivíduos abstratos, abstraídos da família, do próprio meio, das condições desse meio, das mentalidades e comportamentos coletivos, das condições de trabalho.

Que as diretoras estejam animadas de verdadeira filosofia da pessoa, da pessoa inserida em grande número de comunidades naturais, em que têm o seu papel a representar.

Como qualquer comunidade, o lar deve relacionar tudo a si mesmo. Que seja uma comunidade aberta. A pessoa precisa, para desabrochar, para firmar-se, para conquistar sua liberdade, ser participante de grupos que correspondam às suas necessidades e onde ela possa exercer uma tarefa própria, em harmonia com os outros.

A aceitação assim desses limites é talvez uma das formas do voto de pobreza; aceitação de colaborar com os outros grupos, a família, a paróquia, os movimentos de jovens. Isso faz supor certa abnegação e certo desprendimento.

*

* *

Essa tarefa, cujas dificuldades não dissimulamos, é delicada. A religiosa precisará haurir, precisamente em sua consagração, a força de o realizar. No voto de pobreza, tirará êsse sentido de disponibilidade, de abertura, de desprendimento perante os resultados imediatos. No voto de castidade, achará a alegria interior, bem como a possibilidade, sempre renovada, de acolhimento a todos aqueles que voltam, de acolhimento desinteressado, de amor desinteressado. No voto de obediência, achará a fidelidade às orientações apostólicas da Igreja, que a impedirão de realizar os seus próprios projetos, de se preocupar com suas obras, ou simplesmente de sua comunidade, e lhe permitirá ajudar cada um a descobrir seu lugar na Igreja, respeitando a liberdade do Espírito Santo, pois não se trata apenas de uma tarefa humana, mas de tarefa apostólica.

O pecado em nós e em torno de nós é o obstáculo fundamental, bem o sabemos. Esse inimigo, lembrou-nos o Senhor, se vence pela oração e pela penitência. Nessa certeza é que nossa imolação e nossa oração são armas decisivas, embora invisíveis, do sucesso. Nela é que hauriremos a força de sempre recomeçar, sejam quais forem as dificuldades, sejam quais forem os malogros aparentes.

Meu Senhor Jesus . . . rezar é fitar-Vos; e, como estais sempre presente, posso, se realmente Vos amo, fitar-Vos sempre. Quem ama, e se acha em frente do Muito Amado, poderá deixar de ter os olhos fitos nêle? . . . "Ensinai-nos a orar", diziam os Apóstolos . . . Ó meu Deus, o lugar e o tempo estão bem a propósito: acho-me na minha cela, é noite, tudo dorme, só se ouvem a chuva e o vento e longínquo canto de galo, que lembra — ai de mim! — a noite de vossa paixão. . . Ensinai-me a orar, meu Deus, neste recolhimento, nesta solidão. . .

— Sim, filho, debes rezar sempre, continuamente, Reza, em tudo quanto fazes; lendo, trabalhando, andando, comendo, falando, sempre Me debes ter diante dos olhos, fitar-Me sempre, falar-Me de vez em quando, como te convier, mas fita-Me sempre.

Assistência à Saúde

Código de Ética

DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM

Considerando que a enfermagem adquire cada vez maior amplitude técnica e científica e impõe aos membros da profissão maiores encargos e mais sérias responsabilidades;

Considerando que o enfermeiro é o principal colaborador do médico em todos os ramos da medicina, mas que conserva a responsabilidade de seus atos no exercício de sua profissão;

Considerando que a formação da consciência profissional é a parte essencial da formação do enfermeiro;

Considerando que um Código de Ética baseado em princípios do direito natural será um valioso instrumento de orientação e apoio para os enfermeiros, a fim de que a sua atividade profissional seja dirigida para o benefício real da pessoa humana e da sociedade;

A ABEn resolve aprovar o seguinte código:

Art. 1.º — A responsabilidade fundamental do enfermeiro é servir a pessoa humana, zelando pela conservação da vida, aliviando o sofrimento e promovendo a saúde, em coordenação de esforços com os membros das profissões afins.

Art. 2.º — O enfermeiro respeita a vida humana em tôdas as circunstâncias desde a concepção até a morte. Em caso algum coopera em atos nos quais voluntariamente se atente contra a vida; ou que visem a destruir a integridade física ou psíquica do ser humano.

Art. 3.º — O enfermeiro não deixa nunca um paciente a seu cargo sem que haja provisão de pessoa capaz de dar-lhe os cuidados que lhe são devidos.

Art. 4.º — O enfermeiro cuida de todos os pacientes com a mesma dedicação e solicitude, sem distinção de raça, nacionalidade, partido político, classe social ou religião.

Art. 5.º — O enfermeiro respeita as crenças religiosas e a liberdade de consciência de seus pacientes e vela, com a necessária prudência, para que não lhes falte assistência espiritual.

Art. 6.º — O enfermeiro respeita os direitos da pessoa humana e da família e acata as medidas legitimamente tomadas pelo Estado e pelas instituições internacionais em defesa desses direitos, abstendo-se de todo ato ou conselho contrário aos mesmos.

Art. 7.º — O enfermeiro considera o sigilo profissional como um dever moral. Sejam quais forem as diversas aplicações desse dever, o enfermeiro será sempre discreto.

Art. 8.º — O enfermeiro executa as prescrições médicas com inteligência e lealdade, mas deve recusar colaboração em atos que estejam em desacôrdo com a ética. Somente em situação de extrema urgência, aplica tratamentos médicos sem prescrição, relatando-os ao médico responsável o mais breve possível.

Art. 9.º — O enfermeiro procura manter a confiança que o público deposita no médico e nos outros membros da equipe de saúde. A falta de ética ou imperícia profissional de um desses membros devem ser comunicadas unicamente ao faltoso e, em recurso, à autoridade competente.

Art. 10.º — O enfermeiro mantém relações cordiais com seus colegas e com os membros de outros grupos profissionais prestando-lhes, se necessário, assistência moral e profissional.

Art. 11.º — O enfermeiro tem direito à justa remuneração e aceita como retribuição de seus serviços profissionais somente as prestações que lhe forem devidas por contrato.

Art. 12.º — O enfermeiro não permite que lhe seja atribuída uma responsabilidade profissional que de fato não esteja assumindo.

Art. 13.º — O enfermeiro não permite que seu nome seja usado para fins de publicidade comercial.

Art. 14.º — O enfermeiro, em sua conduta pessoal, obedece a um padrão elevado de ética que contribui para o bom conceito social da profissão.

Art. 15.º — O enfermeiro deve dedicar-se permanentemente ao aperfeiçoamento tanto de sua cultura geral como de seus conhecimentos profissionais.

Art. 16.º — O enfermeiro cumpre, com fidelidade, seus deveres cívicos e colabora com os demais cidadãos e profissionais nos programas nacionais e internacionais que se destinem a atender às necessidades de saúde.

OBSERVÂNCIA DO CÓDIGO DE ÉTICA

- a) É dever de todo enfermeiro, membro da ABEn, conhecer, respeitar e praticar as normas dêste Código.
- b) Nas dúvidas a respeito da aplicação dêste Código bem como nos casos omissos o enfermeiro deve procurar esclarecer.
- c) Qualquer transgressão grave a êste Código deve ser levada ao conhecimento da ABEn.
- d) Qualquer alteração no presente Código só poderá ser feita em Assembléia Geral da ABEn.

UM APELO

Qual a congregação feminina que quer vir para Tiradentes, Estado de Minas? A sede episcopal está a 12 quilômetros, e é o próprio Prelado de São João del Rei, MG., S. Ex.^a o Sr. Dom Delfim Moreira Guedes, quem faz o convite.

Essa congregação viria assumir a direção do grupo escolar, do ginásio feminino e, se possível, do ambulatório. Tem às ordens uma casa (com seis salas) que lhe será oferecida juntamente com um terreno, de aproximadamente 2 000 quilômetros quadrados, perto da matriz.

A assistência espiritual está garantida pela presença do Seminário Menor da Diocese na cidade de Tiradentes. E a zona é favorável ao recrutamento de vocações femininas.

Qualquer comunicação a respeito, dirigi-la à :

Diretoria da CRB-Nacional
Av. Rio Branco, 131 — 9.º andar
RIO DE JANEIRO (ZC-21) — GB.

Note e Anote:

VIDA RELIGIOSA E CASTIDADE

Conclusões tiradas dos diversos temas abaixo transcritos, por ocasião da Semana sobre a Vida Religiosa e a Castidade organizada pela Comissão de Formação Religiosa e Subcomissões da mesma, na sede da CIRM (Conferência de Institutos Religiosos do México), nos dias 17, 18, 19 e 20 de fevereiro último.

NATUREZA E GRAÇA NO PROBLEMA DA CASTIDADE

1. As relações com a família estão entre os meios mais eficazes para conseguir a formação da afetividade nos formandos. Consideramos como meios aptos para êsses contatos familiares as visitas, as saídas ocasionais, a casa, a correspondência e, sobretudo, antes do postulando, as férias em família.

2. O ambiente são, alegre e aberto da casa religiosa, com o fomento do afeto fraternal, é de grande ajuda para educar a afetividade.

3. O mais importante para poder julgar a idoneidade de um candidato que não tenha impedimentos para a vida religiosa na sua capacidade de oblação é seu grau de generosidade em aceitar amorosamente a disciplina religiosa.

4. O conhecimento dos antecedentes familiares constitui também grande importância para aquilatar a idoneidade de uma pessoa.

ASPECTOS PSICOLÓGICOS DA SEXUALIDADE NA INFÂNCIA, PUBERDADE E JUVENTUDE — ANOMALIAS PSICO-SEXUAIS — CRISES E COMPENSAÇÕES AFETIVAS NA VIDA RELIGIOSA

1. Os educadores e formadores devem levar em conta as variantes psicológicas próprias da infância, puberdade e juventude para as aproveitar numa formação positiva a seus alunos sobre a castidade.

2. É importante que os formadores e superiores sejam capazes de descobrir oportunamente as anomalias psico-sexuais, a fim de tomarem as medidas convenientes em cada caso.

3. Tendo-se em conta que na vida religiosa podem se apresentar algumas crises de origem afetiva, procurem os formadores e superiores compreender seus súditos e ajudá-los a se servirem delas para um maior crescimento na caridade.

HIGIENE E CASTIDADE

1. Pede-se à Comissão de Enfermaria da CIRM :

- a) elaboração de manuais ponderados que correspondam às exigências dos diversos tipos de atividade;
- b) organizar um cursinho de dietética para os responsáveis pela alimentação nas comunidades.

2. Sugere-se sejam proporcionados passeios ao campo e algum tipo de desporto entre as religiosas, já que são um meio de formação da vontade, de exercício de caridade e colaboração, e têm benéficas repercussões na saúde.

3. Igualmente seja vista a necessidade de conceder férias periódicas aos religiosos em ambiente adequado de acôrdo com as normas de cada instituto.

4. Levar em conta que a roupa e o asseio pessoal condigam com as normas de uma higiene sã e adequada, pela relação que esta tem com a castidade.

5. Não devemos nos esquecer que há certas indisposições e transtornos físicos, como certos tratamentos médicos que originam hiperestesia sexual.

PERIGOS E AMEAÇAS À CASTIDADE NA VIDA RELIGIOSA

1. Tomando em consideração que um excessivo cansaço, a falta de tempo suficiente para os exercícios de piedade, a insatisfação permanente no trabalho profissional fãcilmente repercutem nos problemas da castidade, seja pedido encarecidamente aos superiores maiores e locais que nã dêem aos súditos ocupações para as quais êles nã estã preparados ou nã têm suficientes fôrças físicas ou espirituais para desempenhá-las.

A fim de evitar tais inconvenientes, tem-se como necessidade de, antes de lançar os súditos no trabalho apostólico, que lhes seja dada uma preparação adequada em tôdas as ordens, seguindo as prescrições da Igreja. Porém, se pela urgência das necessidades é indispensável tomar um trabalho apostólico antes de terminar a formação, que seja respeitada a hierarquia dos valores; caso contrário, seja diminuído ou suprimido o trabalho apostólico. Daí segue-se a necessidade urgente de os horários respeitarem o descanso e os exercícios de piedade.

2. Dado que as necessidades prementes do apostolado impõem com freqüência uma sobrecarga de trabalho, é indispensável que a formação religiosa tenha em conta essas circunstâncias que pedem com mais urgência um grande espírito de fé, de oração e de sacrifício. Que essa formação frise a importância da responsabilidade pessoal e prepare para os sacrifícios que certamente hão de vir.

3. Para evitar que os religiosos e religiosas sejam propensos a buscar compensações fora da vida comum é preciso que haja um verdadeiro espírito de família nas comunidades e um ambiente de plena confiança entre os subalternos e superiores; essa confiança permitirá aos súditos exporem lealmente suas dificuldades.

4. É necessário que tanto o superior maior como o superior local levem em conta o prevenir ou remediar os perigos relativos à castidade; com referência aos subalternos, uma vigilância eficaz, compreensiva e paternal; e seja requerido um perfeito acôrdo entre os diversos superiores, uma vez que se ouça eficazmente o parecer do subalterno.

5. Em relação aos espetáculos e diversões, que se atente mais nas prescrições e diretivas da Santa Sé e dos Ordinários, bem como no espírito e normas próprias de cada instituto.

COOPERAÇÃO ENTRE O SUPERIOR, O SACERDOTE E O MÉDICO NO PROBLEMA DA CASTIDADE — A CASTIDADE RELIGIOSA NO MAGISTÉRIO DA IGREJA

1. Nos problemas da castidade convém de modo especial que seja respeitado o campo peculiar do superior, do confessor ou do diretor espiritual e do médico; ao mesmo tempo, que exista uma inter-relação prudente sem prejudicar a liberdade individual.

2. Dar a conhecer os documentos pontifícios sôbre a castidade consagrada a Deus.

3. Que sejam organizados em cada casa ou instituto cursos de formação sôbre a Encíclica *Sacra Virginitas*.

4. Que seja elaborada uma lista de psicólogos, psiquiatras e médicos que ofereçam a garantia de um critério nitidamente católico.

TEOLOGIA DA VIRGINDADE CONSAGRADA

1. Sem subestimar o que a ciência nos proporciona sôbre a educação e solução dos problemas da castidade, insistir no aspecto sobrenatural e, portanto, resolvê-los à luz da Fé e dos ensinamentos da Igreja.

2. Valorizar, desde um princípio, em nossa vida de consagração a Deus, os auxílios da graça, para a fidelidade em nossa vocação de testemunho e de apostolado. Para isso seria muito útil que os formadores atendessem aos estudos teológicos e os aproveitassem nos ensinamentos.

ASCESE E VIDA TEOLÓGICA

1. Apresentar a ascese cristã desde o ponto de vista positivo, porém sempre como um elemento necessário à vida espiritual. Para tanto, explicar seus fundamentos teológicos:

- a) necessidade de nos conformarmos com Cristo paciente, a fim de ressuscitarmos com Ele;
- b) restituir o equilíbrio entre espírito e matéria;
- c) expiar as penas devidas pelos pecados pessoais;
- d) seu valor apostólico eclesial.

2. Ao propor a meta da santidade às pessoas consagradas, focalizá-la como tendência à *união com Deus* e iniciá-las no método ascético-teológico.

3. Colocar a castidade consagrada não no plano meramente ascético. Falar melhor sobre ela como expressão e exercício superior de fé, esperança e caridade.

INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO DOS RELIGIOSOS E RELIGIOSAS A CASTIDADE NAS DIFERENTES ETAPAS DA VIDA

1. Para assegurar a validade do voto de castidade, faz-se mister constatar, antes que o noviço faça os votos :

- a) um conhecimento básico do 6.º e 9.º mandamentos;
- b) conhecimento sobre renúncia ao matrimônio;
- c) conhecimento sobre a paternidade ou maternidade física.

2. As entrevistas particulares com os inferiores favorecerão o desafogo se atendermos aos seguintes pontos :

- a) atitude paternal ou maternal do mestre ou mestra;
- b) se mostra interesse paciente;
- c) se conhece os interesses básicos da pessoa para facilitar o diálogo;
- d) se o mestre está à disposição dos seus subalternos sempre nos casos urgentes;
- e) se se procura que as entrevistas se realizem com a necessária e oportuna frequência.

(Traduzido do Boletín Informativo de la CIEME, março de 1964, n.º 43)



ORDEM HOSPITALEIRA DE SÃO JOÃO DE DEUS

Fundada a Ordem Hospitaleira em Granada, Espanha, em 1537, por São João de Deus, santo português natural de Montemor-o-Novo, Alentejo, veio de Portugal e Espanha, acompanhando as naus colonizadoras, dedicando-se seus irmãos primeiro a assistir os soldados em campanha e depois à assistência dos enfermos em hospitais por eles erigidos nas principais cidades.

É uma verdadeira ordem religiosa aprovada pela Santa Sé. Os seus membros — na qualidade de sacerdotes, médicos, farmacêuticos, enfermeiros — dedicam-se ao cuidado tanto corporal como espiritual dos enfermos. Contando aproximadamente 2 500 irmãos, encontra-se hoje prestando assistência nos cinco continentes a mais de 40 000 enfermos em cerca de 200 hospitais.

Os Irmãos de São João de Deus, que, ante o advento do liberalismo, tiveram de abandonar o Brasil, aqui voltaram em 1946, a convite do

Eminentíssimo Senhor Cardeal D. Jaime de Barros Câmara. Tomaram primeiro conta de uma vivenda para sacerdotes, a "Casa do Padre", na Rua Conde de Bonfim, Rio de Janeiro, onde se mantiveram até 1960. Em 1953 inauguraram, nesta mesma cidade, uma clínica cirúrgica por eles construída, na Rua Almirante Alexandrino, 710, onde vêm exercendo suas atividades.

Em março deste ano, vindo de Portugal, chegou ao Brasil o Revmo. Pe. David Ramos Fernandes, sacerdote da Ordem Hospitaleira, com o fim de abrir o primeiro noviciado neste País. Para tanto, escolheu a Ordem a cidade de Divinópolis, Minas Gerais, cidade nova mas esperançosa, onde o Sr. Geraldo Correia está construindo um magnífico e grandioso hospital a ser entregue à mesma Ordem. Ali está sendo simultaneamente construído o Noviciado dos Irmãos de São João de Deus, no qual serão recebidos os primeiros jovens brasileiros. Em princípio está marcado o dia 15 de agosto, festa da Assunção de Nossa Senhora ao Céu, para começar a educação hospitaleira dos primeiros postulantes.

Jovens, que porventura queiram dedicar-se com tôdas as fôrças de sua alma e corpo ao tratamento dos membros sofredores de Cristo, ali encontrarão a casa que ora se lhes oferece. O gênero de atividades é vasto: desde o simples porteiro, cozinheiro, hortelão etc. até ao enfermeiro, farmacêutico, médico mesmo — todos encontrarão na Ordem Hospitaleira um magnífico campo aberto à sua generosidade.

De momento serão recebidos só os jovens que tenham atingido 16 anos de idade, pois a Ordem ainda não tem Juvenato no Brasil. Também só poderão ser aceitos os pretendentes que tenham completado pelo menos os estudos primários. Serão sempre preferidos os que tenham já o ginásio completo ou pelo menos os que já tenham alguns estudos ginásiais. Como o fim específico da Ordem é a assistência aos doentes, a maioria terá que cursar escolas de enfermagem. Portanto, o jovem candidato deverá possuir as qualidades mínimas requeridas para bem se desempenhar desta missão.

Brevemente começará também a funcionar no Hospital de Divinópolis uma escola de enfermagem, não só para os jovens irmãos mas também para outros jovens e môças que desejarem matricular-se de harmonia com os estatutos da mesma escola.

Quem pretender entrar na Ordem de São João de Deus deverá dirigir-se ou ao Superior do Hospital de São João de Deus, Alto da Lagoinha, Divinópolis, MG, ou ao Superior da Clínica Cirúrgica de São João de Deus, Rua Almirante Alexandrino, 710, Rio de Janeiro (ZC-45), GB. Além das informações necessárias, ser-lhe-á fornecido material suficiente para sua orientação.

É com reconhecido aprêço pela obra imensa e abnegada que os Irmãos de São João de Deus vêm realizando a serviço dos doentes em todo o mundo, e já no Brasil, que a Conferência dos Religiosos saúda os bons Irmãos e lhes augura "boas-entradas" no campo de recrutamento vocacional em terras de Santa Cruz.

CRB Informa...

CRB-Nacional — Para atender à formação de sacerdotes que lecionam em seminários menores, vem a Conferência dos Religiosos organizando cursos de atualização, como seja o de PSICOPEDAGOGIA. Durante as férias passadas, de 7 a 15 de julho, a CRB levou a efeito o terceiro de uma série de quatro que ela está promovendo. Desta vez o local foi no Rio, na Casa de Retiros da Gávea.

O grupo dos participantes se repetiu, prova da eficiência e agrado do dito curso. Cerca de 50 sacerdotes pertencentes a várias congregações estiveram presentes. Uma série de preleções, seminários e plenários, em meio ao interesse geral e sempre crescente, obedeceu aos seguintes temas:

1) *Problemas da Psicologia da Personalidade*; 2) *Uma teoria dinâmica da Personalidade normal*; 3) *História e conceitos básicos da Psicanálise*; 4) *Técnicas projetivas no estudo da Personalidade*; 5) *A Personalidade do seminarista*; 6) *Mecanismos de ajustamento da Personalidade ou a conduta neurótica*; 7) *Teorias da Personalidade*; 8) *Técnicas de grupo*; 9) *Plano de emergência*.

● De 8 a 18 de junho último, o Secretário-Geral da CRB fez uma VIAGEM PELO VALE DO RIO DOCE, a fim de estudar as possibilidades de novas fundações de casas religiosas. Várias congregações, nacionais e estrangeiras, confiaram à CRB a incumbência de preparar-lhes uma nova fundação, conforme os critérios da Conferência expostos nesta Revista (cf. n.º de maio, pp. 257-268).

S.Revma. tomou contatos com as quatro grandes Companhias siderúrgicas desse Vale: a Belgo-Mineira, a do Vale do Rio Doce, a de Acesita e a de Usiminas, primeiro nos seus respectivos escritórios em Belo Horizonte e depois visitando Sabará, Monlevade, Acesita, Coronel Fabriciano e Usiminas. Estêve também com todos os sacerdotes e comunidades religiosas que trabalham nesta área e realizou um encontro com a equipe sacerdotal que periodicamente se reúne em Coronel Fabriciano a fim de juntos estudarem os problemas da dita área e preparar-lhe a resposta pastoral.

Tanto do ponto de vista pastoral como social, são imensos estes problemas. A área em questão é uma das mais "revolucionárias" do Brasil, pela rapidíssima transformação operada quer no campo agrário, quer no da indústria pesada. A vila de Ipatinga, por exemplo, que poucos anos atrás contava apenas escassos milhares de habitantes, transformou-se, da noite para o dia, pela construção da gigantesca usina siderúrgica de Usiminas (atualmente já com uma fábrica de sete quilômetros de comprimento!) em uma cidade de 55 000 almas. Em Coronel Fabriciano a Con-

gregação belga dos Padres do Trabalho, que chegaram ao Brasil em dezembro de 1963, está iniciando um grande projeto de Movimento Operário Cristão, através de formação de líderes em nível primário, médio e superior, com movimentos de cooperativismo e sindicalismo.

As quatro mencionadas Companhias siderúrgicas estão profundamente interessadas na consecução de pessoal religioso especializado em ensino, enfermagem e serviço social para sua área, e mostram-se dispostos a contribuir mesmo para a manutenção desse pessoal.

Outro fator favorável é que em tôdas as Companhias encontram-se, entre os altos funcionários, elementos que, preocupados com os problemas humanos e cristãos próprios da região, estão dispostos também a dar sua contribuição ao desenvolvimento da Pastoral da Igreja, particularmente através de seus conhecimentos profissionais.

Depois do Nordeste brasileiro, é para o Vale do Rio Doce — ao oferecer este, além de graves necessidades espirituais, também particulares possibilidades de um apostolado sobremodo fecundo — que a Conferência dos Religiosos irá dedicar sua especial atenção no que diz respeito às novas fundações de comunidades religiosas.

MENSAGEM N.º 1 DO CLUBE SERRA

O CLUBE SERRA DO RIO DE JANEIRO remete, anexo a este número da REVISTA da CRB, um exemplar de sua Mensagem n.º 1 — realizada especialmente com o objetivo de despertar as vocações sacerdotais e religiosas e endereçada aos jovens de ambos os sexos.

O CLUBE SERRA distribui sua Mensagem por ocasião das palestras vocacionais que realiza em escolas, colégios, para a mocidade que procura um roteiro para o próprio futuro.

A Mensagem constitui, também, um convite aos leigos, aos chefes de família de todo o Brasil, para que constituam o CLUBE SERRA local e venham colaborar com a Igreja na batalha pelas vocações.

O CLUBE SERRA DO RIO DE JANEIRO remeterá exemplares desta sua Mensagem a todos quantos queiram trabalhar pelas vocações, fundando o CLUBE SERRA, realizando palestras vocacionais ou atuando junto aos jovens em idade vocacional.

CLUBE SERRA DO RIO DE JANEIRO
Rua São José, 90 — sala 2101
RIO DE JANEIRO (ZC-21) — GB

Recensões Bibliográficas

JACQUES LECLERC — *Do Direito Nacional à Sociologia*, Editora Duas Cidades, São Paulo, s.d., 1 vol. br., 195x135 mm, 296 pp.

O autor é o célebre professor de Direito Natural, na Universidade de Lovaina (Bélgica). Com vistas a uma maior valorização do Direito Natural e da Sociologia, êle se esforça por bem precisar a definição das mesmas e o campo em que devem atuar, com o auxílio da moral, da filosofia, da teologia e do direito positivo. Conforme seu método didático, procurou o autor exemplificar a sua exposição teórica com fatos ora comprovantes ora explicativos, de modo a esclarecer o assunto, muitas vèzes abstrato, tornando-o leve e compreensivo.

Na primeira parte do livro, recebeu-nos que o autor fica mais na teoria, reservando-se a segunda parte para salientar a necessidade de mais se conhecerem os princípios sociológicos, a fim de melhor aplicá-los no estudo dos fenômenos sociais. Tanto assim que êle próprio escrevia: *Nas páginas anteriores, o autor não escondeu a sua convicção de que o advento da sociologia marca uma etapa decisiva no desenvolvimento do espírito* (p. 293), enquanto afirmara antes: *Vimos na primeira parte desta Obra que o Direito Natural nunca passou da fase de simples esboço, à falta de um estudo sistemático das exigências da natureza do homem* (p. 267).

Foi exatamente para contribuir numa melhor sistematização do Direito Natural com base em uma sociologia mais bem conhecida e usada que J.L. escreveu êste livro esclarecedor.

I.J.D.

NARCISO IRALA — *Contrôle cerebral e emocional*, Ed. Loyola, Belo Horizonte, s.d., 1 vol. br., 210x140 mm, 244 pp. Cr\$ 1 200,00.

Trata-se de um livro já impresso em nove línguas, e que foi o "best-seller" nos Estados Unidos logo após a sua tradução em inglês. O autor é um padre jesuíta, convidado por 38 universidades para explicar o método por êle apreçoado.

Destinado ao grande público, o livro procura dar uma solução aos problemas de grande acuidade, mormente nos tempos modernos, ligados à insânia, à tensão, à angústia, à timidez, à fadiga, à neurose, quaisquer que sejam as suas causas. Recorre o autor aos meios naturais e sobrenaturais, conforme o caso e as circunstâncias, levando-se em conta a perseverança no esforço, com um otimismo razoável e com o recurso à graça. De fato, não há nada de extraordinário pela coerência mantida nos remédios apresentados e pela simplicidade na execução dos mesmos.

Divide-se a obra em duas partes: na primeira cuida da *felicidade e seus mecanismos psíquicos*; na segunda, da *reeducação e aplicações*. Em tudo isso entra muito de psicologia, um pouco de psicanálise, bastante moral, alguma dose de medicina e, de quando em quando, um pouquinho de teologia. Mas tudo sem aparato científico, moralístico ou teológico.

Livro excelente para os angustiados, os emotivos, os frustrados, os neuróticos, os imaginativos etc. Vem a bondade do livro, sobretudo, da sua sólida orientação sobrenatural, apresentada sem alarde, mas afirmada com segurança e oportunidade.

I.J.D.

WILLIAM A. KELLY — *Psicologia Educacional*, trad. do inglês por Gene Philippi Borges e Rogério Luz, 2.^a edição, AGIR, Rio de Janeiro, 1964, 1 vol. br., 240x170 mm, 488 pp.

Preocupação do autor é deixar bem claro que falar em educação é mesmo que falar em formação do homem integral "homem de caráter". Não é o animal que aprende e responde a estímulos. Mas alguém que passa pela terra com destino ao Céu, na posse de Deus.

"... a psicologia não se limita apenas ao estudo dos fatos humanos e das técnicas, às leis e aos princípios... mas a disciplinar o imaturo e desenvolver-lhe harmoniosamente todas as possibilidades, físicas, sociais, intelectuais, estéticas, morais, espirituais, de

acôrdo com sua hierarquia e encaminhá-lo em direção ao seu criador, como fim último.

Bastaria esta visão completa da criatura humana para fazer deste trabalho uma obra digna de figurar na biblioteca não somente de estudantes de filosofia, ou pedagogia, como ao lado de muitos livros de formação empilhados em nossas estantes. Livro atual. Profundo. Sem pretender dizer novidades mas sabendo dizer coisas antigas com ar de novidade. Sem pretensões, mas insinuante.

Podemos afirmar sem medo que seria um ótimo texto para as faculdades de filosofia e nossas escolas normais. Seria sem dúvida um ótimo auxílio para aqueles se dedicam ou pretendem dedicar sua vida à formação do homem.

SOLUS

L I V R O S

Da Editora Vozes, Petrópolis, RJ:

GODFREY POAGE, C.P. — *Os Segredos da Promoção Vocacional*, trad. do original inglês pelo Pe. Frei Eugênio Sieberichs, O.F.M., 1964, 1 vol. bre., 185x130 mm, 240 pp.

HENRI BERTHET — *Casais Cristãos e Recrutamento Sacerdotal*, trad. do original francês por Frei Agenor M. Cattoni, O.F.M., 1964, 1 vol. br., 185x130 mm, 177 pp.

M. RAYMOND, O.C.S.O., — *Deus, a Mulher e o Caminho*, trad. por

Frei Pedro Amen. O.F.M., 1964, 1 vol. br., 225x150 mm, 176 pp.

DÉCIO FERRAZ ALVIM — *Lógica* (2.^a edição), 1964, 1 vol. br., 185x135 mm, 96 pp.

LEVI CARNEIRO — *Voto dos Analfabetos*, 1964, 1 vol. br., 285x125 mm, 112 pp.

PADRE CARLOS FURBETTA F.S.C.J., — *Sei Meditar Sô-zinho* (Meditações para as férias de Seminaristas menores), I e II vols. brochados c/respect. 128 e 144 pp., 155x105 mm, 1964.

R E V I S T A S

Do Brasil:

Humanitas — (Anuário 1962-1963 da Univers. Católica do Paraná), Curitiba.

Vozes — junho 1964, Petrópolis, RJ.

Do Exterior:

Brothers Newsletter — Vol. 5, n.º 4; vol. 6, n.º 1; Union City (USA).

Cahiers du Clergé Rural — maio 1964, Sèvres (França).

Carmelus — Vol. 8, fasc. 1 e 2; vol. 9, fasc. 2; vol. 10, fasc. 1 e 2; Roma.

CONFER — jan.-março 1964, Madri.

Donum Dei — (Assembléia Geral de 1963, sob o tema "Princípios para uma Renovação da Vida Religiosa". Ottawa (Canadá).

Lumen — maio 1964, Lisboa.

Rivista di Pedagogia — maio-agosto 1964, Turim (Itália).

Seminarium — abril-junho 1964, Roma.